

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E
MEIO AMBIENTE (PRODEMA)
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ECOTURISMO E ETNOTURISMO NA ALDEIA POTIGUARA DE
TRAMATAIA, ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BARRA
DO RIO MAMANGUAPE (PB).

Izolda Kelly Pereira Barbosa

Orientadora : Prof. Dra.:Maria Cristina Basílio Crispim da Silva

João Pessoa - PB, fevereiro de 2012.



**ECOTURISMO E ETNOTURISMO NA ALDEIA POTIGUARA DE
TRAMATÁIA, ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BARRA DO RIO
MAMANGUAPE (PB).**

Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, pela Universidade Federal da Paraíba em cumprimento as exigências para obtenção de grau de Mestre em Desenvolvimento e meio Ambiente. Área de concentração: Gerenciamento Ambiental.

Izolda Kelly Pereira Barbosa

Orientadora: Prof. Dra. Maria Cristina Basílio Crispim da Silva

João Pessoa – PB, fevereiro de 2012.



Barbosa, Izolda kelly Pereira

Ecoturismo e Etnoturismo na Aldeia Potiguara de Tramataia, Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape (PB) / Izolda Kelly Pereira Barbosa – 2012. 108f.

Orientadora: Dra.:Maria Cristina Basílio Crispim da Silva

Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

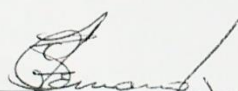
1.Ecoturismo. 2. Etnoturismo. 3. Comunidade local. I. Crispim, M.C da Silva. II. Dissertação de Mestrado. III. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) – Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Título.

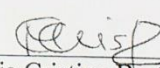
	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA Programa Regional de Pós-Graduação Em Desenvolvimento e Meio Ambiente MESTRADO Sub-Programa UFPB/UEPB	PRODEMA Caixa Postal 5122 João Pessoa - PB 58051-970 Fax/Fone: (83) 216-7472	 PRODEMA
---	---	---	---

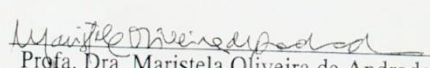
Ata da 289ª Sessão Pública de Defesa de Dissertação da aluna **Izolda Kelly Pereira Barbosa** do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, do Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente-Sub-Programa UFPB/UEPB, na área de Gerenciamento Ambiental.

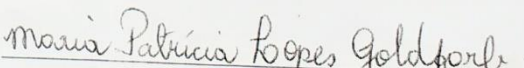
Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro dois mil e doze, às 09 horas, na Sala de Reuniões do CCEN, reuniu-se, na forma e termos do art. 64 do Regulamento Geral dos Cursos e Programas de Pós-Graduação "stricto sensu" da UFPB, anexo à Resolução CONSEPE nº 12/00, a Banca Examinadora, composta pelos professores doutores Maria Cristina Basílio Crispim da Silva - PRODEMA-UFPB, na qualidade presidente/orientadora, Maristela Oliveira de Andrade PRODEMA-UEPB, na qualidade de membro interno, Patrícia Goldfarb - CCHLA, na qualidade de membro externo, para julgamento da dissertação de mestrado da aluna **Izolda Kelly Pereira Barbosa**, intitulada **"Turismo e Etnoturismo na Aldeia Potiguar de Tramataia, Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape (PB)"**. A sessão pública foi aberta pela Profa. Dra. Maria Cristina Basílio Crispim da Silva, na qualidade de presidente/orientadora. Após a apresentação dos integrantes da banca examinadora, o candidato iniciou a exposição de seu trabalho. Em seguida a Profa. Dra. Maria Cristina Basílio Crispim da Silva passou a palavra ao examinador externo Profa. Dra. Patrícia Goldfarb, que iniciou a arguição. Na sequência, a Profa. Dra. Maristela Oliveira de Andrade fez comentários que foram finalizados pela Profa. Dra. Maria Cristina Basílio Crispim da Silva, a presidente da banca examinadora solicitou a retirada da Assembléia para, em sessão secreta, avaliar o candidato. Após a análise da banca examinadora foi atribuído o conceito **APROVADO**, conforme o art. 65 do anexo à Resolução CONSEPE-UFPB nº 12/00. Nada mais havendo a tratar, eu, Saulo Cordeiro Fernandes, secretário, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, assino juntamente com os demais membros da banca examinadora.

João Pessoa-PB, 28 de fevereiro de 2012.


 Saulo Cordeiro Fernandes
 Secretário


 Profa. Dra. Maria Cristina Basílio Crispim da Silva
 Presidente/Orientador


 Profa. Dra. Maristela Oliveira de Andrade
 Membro Interno


 Profa. Dra. Patrícia Goldfarb
 Membro Externo

CPF nº 738.967.134-34

Em memória da minha avó Maria Dirce da Silva, que teve participação fundamental no meu processo de educação, e em homenagem a minha mãe, Eliene Pereira Barbosa que assim com minha avó o fez.

AGRADECIMENTOS

A coordenação do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA)

A minha orientadora, professora Dra.: Maria Cristina Basílio Crispim da Silva pelo aceite da orientação.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela disponibilidade da bolsa de estudo.

A Professora Dra.: Maristela Andrade e a professora Dra.: Patrícia Goldfarb pelas sugestões e indicações de bibliografias na área de antropologia.

Aos meus pais pelos incentivos aos meus estudos, a minha irmã e aos meus queridos amigos que também sempre me incentivaram: Fernanda Oliveira Bastos Nunes, Amanda Queiroga, Jadewilma Fernandes, Giulliano Fagundes e Danielle Abrantes.

Ao professor Dr.: Alberto Kioharu Nishida pelo primeiro aceite do projeto e aos colegas da turma do mestrado pelos incentivos e companheirismo.

Aos moradores da Aldeia de Tramataia pela ótima recepção e pelas contribuições neste trabalho.

Ao colega Douglas Macêdo por ter proporcionado a minha aproximação com os moradores da Aldeia de Tramataia e da Aldeia Três Rios no Município de Marcação-PB.

A um dos monitores e tratador voluntário de animais do Projeto Peixe-boi, o qual chamamos de Sé Silva pelas informações prestadas e de grande importância para este trabalho.

**“Para compreender padrões e sistemas vivos, precisamos uma nova forma de pensar. A mudança fundamental na nossa forma de pensar deve ser uma mudança na ênfase das partes para a ênfase no todo.”
(FRITJOF, CAPRA)**

RESUMO

O turismo caracteriza-se como atividade econômica que se utiliza da comercialização de paisagens, muitas vezes reconhecidas como bens difusos, gerando assim certos impactos sociais, econômicos e ambientais, através da utilização dessas paisagens como um produto intangível, sejam elas naturais ou modificadas por ações antrópicas. Sua comercialização inclui também um conjunto de diversas outras atividades que servem para subsidiar seu desenvolvimento caracterizando sua interdisciplinaridade, sendo assim, cada tipo de paisagem acaba configurando um determinado tipo de turismo, que por sua vez se configura e se desdobra em vários outros segmentos. O ecoturismo e o etnoturismo são dois segmentos da atividade turística, que podem configurar-se em tipos de atividades econômicas sustentáveis quando bem planejadas. Dependendo da situação, esses dois segmentos do turismo podem apresentar aspectos negativos ou positivos em comunidades tradicionais e áreas naturais. Tendo em vista o incipiente, mas crescente desenvolvimento da atividade turística na área de estudo, discute-se nesse trabalho a possibilidade do desenvolvimento dessa atividade na aldeia Potiguara de Tramataia. De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a APA situa-se na mesorregião da zona da mata, litoral norte do estado da Paraíba, com uma distância de 70 km da cidade de João Pessoa, e limita-se ao norte com o município de Marcação onde se localiza a Aldeia, ao sul com o município de Lucena, a oeste com o município de Rio Tinto, e a leste com o Oceano Atlântico. Na APA situa-se o Projeto Peixe-Boi, um dos motivos pelo qual a localidade tem recebido turistas. Embora existam aspectos ambientais que propiciaram a criação da APA como a existência de um ecossistema estuarino e espécies endêmicas ameaçadas, nela os impactos ambientais decorrem de um processo histórico, advindos desde a época da colonização e que ainda hoje perduram através da cultura da cana-de-açúcar, da criação de viveiros de camarão, do desmatamento, entre outros que podem ser observados ao longo de quase todo o percurso de acesso à APA. Para tanto, objetivou-se fazer uma análise dos aspectos sociais, econômico e ambientais visando perceber possíveis impactos ou contribuições que o desenvolvimento desta atividade econômica possa gerar para a área em estudo levando-se em consideração o real significado do termo desenvolvimento. Através da pesquisa in locu, utilizando-se da observação livre, da pesquisa qualitativa, de cunho fenomenológico, da entrevista semi-estruturada, além de documentos técnicos, possibilitou-se ter uma visão ampliada do ambiente de estudo, sendo possível inferir que as pessoas da comunidade local que estão mais envolvidas com o desenvolvimento da atividade turística a considera relevante como uma atividade econômica complementar. A partir dessa perspectiva considera-se que o turismo pode ser utilizado como meio para valorizar os aspectos culturais que incluem o modo como a comunidade local se relaciona com o meio ambiente natural, através de das interpretações empíricas da própria comunidade, sendo ainda necessário uma maior preparação da comunidade local para o seu envolvimento no desenvolvimento turístico, que poderia ser possível através de políticas públicas direcionadas para esta temática.

PALAVRAS - CHAVE: Ecoturismo; Etnoturismo; Comunidade local.

ABSTRACT

Tourism is characterized as an economic activity which uses the marketing landscape, often recognized as diffuse goods, thus generating some negative social, economic and environmental, through the use of these landscapes as an intangible product, whether natural or modified by actions anthropogenic. Your marketing also includes a set of several other activities that serve to subsidize its development featuring its interdisciplinary, so each ends up kind of landscape a particular type of tourism, which in turn configures itself and unfolds in several other segments. Ecotourism and etnoturismo are two segments of tourism that may be in kind of sustainable economic activities as well as planned. Depending on the situation, these two segments of tourism can have positive or negative aspects in traditional communities and natural areas. Given the nascent but growing development of tourism in the study area, this paper discusses the possibility of developing this activity in the village of Potiguara Tramataia. According to the Brazilian Agricultural Research Corporation (EMBRAPA), the APA is located in the middle region of the forest area, northern coast of Paraíba State, with a distance of 70 km from the city of João Pessoa, and limits to the north Marking with the municipality where the village is located in the south with the city of Lucena, west with the municipality of Rio Tinto, and east to the Atlantic Ocean. APA is located in the Manatee Project, one of the reasons why the town has received tourists. Although there are environmental factors which enabled the establishment of the APA as the existence of an estuarine ecosystem and endangered endemic species, the environmental impacts there are on a historical process, arising from the time of colonization and that still linger from the culture of sugarcane -sugar, creating shrimp ponds, deforestation, among others that can be observed over almost the entire route of access to both APA. Para aimed to make an analysis of the social, economic and environmental potential in order to realize impacts or contributions to the development of this economic activity can generate for the area under study taking into account the real meaning of the term development. Through research in locus, using free observation of qualitative research, the phenomenological nature of semi-structured interview, and technical documents, allowed to have an enlarged view of the learning environment, it is possible to infer that people the local community who are more involved with the development of tourism considers relevant as an additional economic activity. From this perspective it is considered that tourism can be used as a means to enhance cultural aspects including how the local community relates to the natural environment, through empirical interpretations of the community are still needed greater preparation of the local community for their involvement in tourism development, it could be possible through public policies directed to this subject.

KEYS-WORDS: Ecotourism, etnoturism, local community

LISTA DE ABREVIATURAS

AIATA – Associação indígena da Aldeia de Tramataia

APA – Área de Proteção Ambiental

CF – Constituição Federal

DOU – Diário Oficial da União

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONG - Organização não-governamental

PROECOTUR - Programa Turismo Verde de Ministério do Meio Ambiente

SID - Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural

SNUC – Sistema nacional de Unidades de Conservação

UC – Unidades de Conservação

WWF – *Wide Found for Nature*

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

1. Introdução	11
---------------------	----

CAPÍTULO 2

2. Fundamentação teórica	16
2.1 Desenvolvimento sustentável: Um novo paradigma?	16
2.2 Turismo: Conceituação, desenvolvimento sustentável	22
2.3 Turismo e sustentabilidade.....	25
2.4 O Meio ambiente natural como um bem difuso sobre o efeito da atividade turística	28
2.5 Áreas de Proteção Ambiental e o desenvolvimento da atividade turística	33
2.6 Ecoturismo	38
2.7 Etnoturismo e comunidades tradicionais	41

CAPÍTULO 3

3. Caracterização da área de estudo	53
3.1 A aldeia potiguar de Tramataia (Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape)	53
3.1.1 Aspectos ecológicos	56
3.1.2 Aspectos econômicos	58
3.1.3 Organização política	58

CAPÍTULO 4

4. Procedimentos metodológicos	61
4.1 Métodos e Técnicas	61

CAPÍTULO 5

5. Análise dos dados	65
6. Considerações finais	80

REFERÊNCIAS.....	85
------------------	----

APÊNDICES.....	91
----------------	----

ANEXOS.....	93
-------------	----

1 Introdução

O atual desenvolvimento do turismo é fruto de um processo histórico marcado paulatinamente pelas diferentes fases de desenvolvimento da sociedade. Sua prática está ligada às mais diversas motivações, como: religião, lazer, cultura, negócios, e cada uma dessas motivações podem ser identificadas se relacionadas ao processo de desenvolvimento de acordo com cada fase histórica.

É certo que em algumas dessas fases, o fenômeno do turismo ainda não tinha uma conceituação determinada, nem tanto era identificado como tal, era apenas praticado. O término da Segunda Guerra Mundial foi um grande marco para a sua popularização, proporcionando o seu incremento, o apoio dos governos ao seu desenvolvimento, e até a sua conceituação como tal, surgindo também como direito social, como uma forma de cidadania para as camadas menos abastardas da sociedade.

Ouriques (2005) discorre sobre a instituição das férias remuneradas na França que em 1936 surgiu como um reconhecimento de um direito social, um direito de existência do trabalhador. Já na primeira metade do século XX ainda de acordo com Ouriques (*op. cit.*) a Alemanha também torna o tempo livre remunerado como uma realidade social para os trabalhadores assalariados

Diante desse contexto, fica claro que o turismo nasceu como uma atividade capitalista que se beneficiou também pela melhoria dos sistemas de transporte e comunicação, e pela criação de novos direitos sociais como consequência do pós-guerra com base nas premissas do capitalismo e do lucro. Considerada como uma nova atividade economicamente promissora pronta para ser explorada, foi chamada de “indústria sem chaminés” por ser considerada por alguns autores como uma atividade econômica menos poluidora do que as outras, mas que, todavia, não deixa ser uma atividade econômica causadora de impactos ambientais.

Como não poderia deixar de ser, os países menos desenvolvidos também passaram pelo processo de “turistificação” motivados por apresentar como destinos, paisagens exóticas e paradisíacas. De acordo com Ouriques (2005), a partir dos anos 60 em um crescente número de países, os empreendimentos turísticos passaram a significar a oportunidade de aumento do crescimento econômico, e justamente nesses países o desenvolvimento do turismo muitas vezes deu-se de forma acelerada sem nenhum

planejamento prévio causando assim, muitos impactos ambientais e sociais uma vez que as populações visitadas eram as que menos se favoreciam do seu desenvolvimento.

O turismo caracteriza-se como uma atividade econômica que se utiliza da comercialização de paisagens como um produto intangível, sejam elas naturais ou modificadas por ações antrópicas. Sua comercialização inclui também um conjunto de diversas outras atividades que servem para subsidiar o seu desenvolvimento. Sendo assim, cada tipo de paisagem acaba configurando um determinado tipo de turismo, que por sua vez configura-se e desdobra-se em vários outros segmentos.

O ecoturismo e o etnoturismo são dois segmentos da atividade turística que podem se configurar em tipos de atividades econômicas sustentáveis se bem planejadas, e que em alguns casos têm apresentado bons resultados em comunidades tradicionais com relação ao desenvolvimento econômico através de uma gestão sustentável, e da valorização da comunidade local. Isso pode acontecer quando tal comunidade tanto pode aceitar quanto tem a oportunidade de se preparar para a chegada do turismo como mais uma alternativa de fixação dessa comunidade no seu meio ambiente natural e cultural.

Cabe ressaltar que o ecoturismo está relacionado ao desenvolvimento do turismo em áreas naturais, podendo envolver ou não comunidades tradicionais tendo em vista que nem toda área natural protegida ou não protegida onde o ecoturismo possa ocorrer, haverá a incidência de comunidades tradicionais no seu interior ou no seu entorno. Nesse caso, o ecoturismo está mais relacionado à utilização do meio ambiente com uma sustentabilidade voltada apenas para o meio ambiente natural.

Entretanto, o ecoturismo nem sempre está vinculado somente ao meio ambiente natural já que na maioria dos casos o mesmo ocorre em áreas naturais onde há a incidência de comunidades tradicionais envolvidas, e dessa forma torna-se importante o envolvimento dos conhecimentos tradicionais dessas comunidades nas atividades que envolvem o turismo.

Surge então o etnoturismo, sendo esta uma atividade que envolve a importância dos conhecimentos tradicionais envolvendo cultura e um modo específico de viver dentro de uma coletividade a ser passado para os visitantes.

Observa-se então que em muitos casos o ecoturismo quando desenvolvido em áreas naturais que envolvem comunidades tradicionais pode ser desenvolvido juntamente com o etnoturismo, já que o conhecimento tradicional de uma determinada cultura engloba também a forma como essa cultura vive em um determinado meio ambiente natural.

Nesse contexto, insere-se a aldeia Potiguara de Tramataia. Deve-se levar em consideração que o turismo na localidade ainda passa por um processo brando de desenvolvimento, sendo uma localidade ainda sem infraestrutura adequada, sem uma política pública voltada para este aspecto que mesmo assim, está incluída na contextualização de turismo de sol e praia no site do governo regional e provavelmente pode estar sendo um produto explorado pela atividade turística através do setor privado. Sendo assim, considera-se que o turismo está se desenvolvendo na APA na qual está inserida uma comunidade local. Desse modo, questiona-se se esta comunidade está preparada para este tipo de desenvolvimento

Objetiva-se neste trabalho analisar os impactos que podem surgir como consequência do desenvolvimento da atividade turística na aldeia Potiguara de Tramataia.

Para tanto, necessita-se: conhecer o perfil socioeconômico da comunidade local; analisar as possíveis influências que o desenvolvimento da atividade turística pode ter na cultura local e no meio ambiente natural da comunidade; através das entrevistas, e das visitas *in locu* pretende-se avaliar como seria os impactos do turismo na localidade; avaliar os níveis de autonomia da comunidade com vistas a uma gestão participativa para o etnoturismo, com a finalidade de verificar até que ponto a comunidade local poderia se planejar e se qualificar para ter o controle da atividade turística na localidade; analisar as possíveis influências que o desenvolvimento da atividade turística pode ter na cultura local e no meio ambiente natural da comunidade; propor sugestões para o desenvolvimento de um turismo sustentável na localidade, através do desenvolvimento do ecoturismo e do etnoturismo, levando-se em consideração que o desenvolvimento desta atividade parte de uma vontade empreendedora da própria comunidade.

O presente trabalho se faz importante tendo em vista a necessidade de que mais estudos teóricos e críticos precisam ser realizados a cerca da problemática do desenvolvimento do turismo em Áreas Naturais Protegidas ou não, no caso em discussão em uma Área de Proteção Ambiental.

Necessita-se estudar mais e analisar os impactos e benefícios que a atividade turística pode deixar nessas áreas, já que em comparação aos estudos quantitativos principalmente no que diz respeito a estudos de demandas turísticas, estudos de perfis dos turistas, estudos sobre formação de produtos e outros da área mais mercadológica, os estudos qualitativos ainda são minoria, e também merecem atenção especial principalmente quando se trata de desenvolver o turismo em comunidades tradicionais e

áreas naturais voltado para um turismo de base local, tendo em vista que um estudo prévio para o desenvolvimento de tal atividade seja importante para a minimização de conflitos sócio-ambientais e a maximização do desenvolvimento local em sentido amplo.

Portuguez (2000) discute sobre desenvolvimento local como sendo o processo onde as localidades criam oportunidades para promover o bem-estar coletivo, incluindo atividades que possam dinamizar a economia em pequena escala proporcionando o desenvolvimento do local, utilizando estratégias de baixo impacto socioambiental através de seus recursos naturais mais variados.

Neste contexto, este estudo se faz positivo uma vez que busca analisar e compreender se realmente há uma potencial possibilidade do ecoturismo e do etnoturismo se desenvolver paulatinamente na localidade.

A discussão sobre o desenvolvimento potencial do turismo na localidade em estudo é abordada nos capítulos que se seguem neste trabalho. O segundo capítulo destinado ao referencial teórico segue com base nas premissas do paradigma da sustentabilidade envolvendo um histórico do desenvolvimento sustentável, assim como uma discussão crítica com foco no desenvolvimento do turismo, com foco no ecoturismo e no etnoturismo atentando para os aspectos positivos e negativos que o turismo pode gerar em comunidades tradicionais, mais precisamente em uma aldeia indígena, localizada em uma Área de proteção Ambiental (APA).

Os capítulos posteriores, como a caracterização da área de estudo segue abordando os aspectos geográficos, ecológicos, sociais e econômicos locais com base em fontes secundárias e nas pesquisas *in locu*. No que se refere à metodologia aplicada optou-se pelo método etnográfico, tendo por base o contato direto com a área de estudo e com os sujeitos pesquisados com a finalidade de se obter as informações e opiniões dos moradores locais da área de estudo, assim como perceber a realidade dos mesmos.

No que se refere à análise dos dados, está parte foi discutida e analisada com base nos aspectos metodológicos adotados com a finalidade de se ter uma resposta para os objetivos específicos mencionados, tomando-se também por base o referencial teórico desse trabalho em muitos aspectos principalmente no que diz respeito aos conflitos sócio-ambientais percebidos e ao interesse por parte da comunidade com relação ao desenvolvimento do turismo.

Por fim, cabe ressaltar que as considerações finais seguem com o ponto de vista obtido através das discussões envolvidas neste trabalho além de sugestões dadas para as possíveis e novas abordagens voltadas o desenvolvimento do turismo naquela localidade. Tendo em vista que este trabalho analisa as possibilidades de desenvolvimento do turismo no local como base no desenvolvimento local a luz de processos que incluam a ideia de preservação e o respeito dos diversos recursos, sejam eles naturais, culturais e os econômicos, agregando valores às atividades que movimentam a economia local ao mesmo tempo em que devam causar impactos socioambientais relativamente baixos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo destina-se a fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento sustentável envolvendo sua complexidade com ênfase no desenvolvimento do turismo sustentável de forma interdisciplinar sob uma visão sistêmica, mais precisamente com ênfase no ecoturismo e no etnoturismo de base comunitária em uma Área de Proteção Ambiental. O capítulo aborda aspectos positivos e negativos do desenvolvimento do turismo em áreas naturais e para comunidades tradicionais.

2.1 Desenvolvimento sustentável: Um novo paradigma?

Não há como falar da necessidade e da importância de um desenvolvimento sustentável sem antes comentar sobre as causas que levaram e continuam levando os teóricos do assunto, os gestores públicos, organizações não governamentais (ONG's) e a sociedade civil a abordar, a se preocupar, a adotar e a estudar este novo paradigma de desenvolvimento.

De acordo com Foladori (2001), todo ser vivo depende da natureza, cada forma de vida é um complexo que ordena matéria em seu interior ao mesmo tempo em que gera desordem no exterior modificando o meio abiótico que pode resultar em uma crise ambiental em algumas formas de vida.

Ainda de acordo com o autor, nos 200 anos anteriores o ser humano começou a afetar o meio ambiente de forma mais intensa e significativa e nos últimos 40 anos esse impacto se tornou mais intenso e preocupante para o equilíbrio do planeta terra.

Rabelo (2009) afirma que os cientistas mais céticos, acordam que os problemas ambientais sempre existiram pois o meio abiótico é adaptado pelos seres vivos.

Partindo desse pressuposto cabe ressaltar que o processo de degradação ambiental intensificou-se no século XIX vinculado ao processo de produção capitalista que até então tem demonstrado uma concepção de uma natureza objeto, na qual o homem a explora de forma ilimitada como se tudo devesse estar a sua inteira disposição (RABELO, 2009).

Acseirad (2000) faz uma crítica acerca do real motivo pelo qual se desenvolveu um processo ainda em trânsito para o paradigma da sustentabilidade, quando relata que o discurso da sustentabilidade nasceu no seio da tecnoburocracia do desenvolvimento

capitalista de forma que o mesmo foi emergindo através da caracterização de problemas globais que afetariam a biosfera e também da pressão do movimento ambientalista, sendo que na lógica da própria tecnoburocracia haveria o reconhecimento de que o desenvolvimento capitalista estaria ameaçado porque as suas bases materiais de reprodução estariam sendo comprometidas.

Um exemplo dos efeitos dessa tecnoburocracia sob o meio ambiente é o consumismo, um dos males do capitalismo principalmente ao que remete ao paradigma da sustentabilidade, é um dos grandes fatores responsáveis pelo desequilíbrio ambiental, pois é através dele que grandes conflitos sociais, políticos, econômicos e ambientais são impulsionados como forma de poder, de aquisição de bens materiais, de desigualdades sociais e dos impactos ambientais.

Santos (2000) enfatiza o consumismo quando faz o seguinte relato:

O consumo muda de figura ao longo do tempo. Falava-se antes de autonomia da produção, para significar que uma empresa, ao assegurar uma produção, buscava também manipular a opinião pela via da publicidade. Nesse caso o fato gerador do consumo seria a produção. Mas atualmente as empresas produzem o consumidor antes mesmo de produzir os produtos.

Desse modo, o autor aceita que na cadeia causal, a chamada “autonomia da produção” dá lugar ao “despotismo do consumo”, isso quer dizer que mais necessidades “desnecessárias” para o ser humano são criadas a cada dia pelas grandes organizações privadas de forma que quanto mais necessidades “desnecessárias” são criadas mais o meio ambiente natural é impactado e mais a sociedade vai se tornando dependente do consumo.

Romeiro (2003) também acorda com o exposto quando enfatiza o fato de que, a punção exercida pela humanidade sobre os recursos naturais do planeta começa a crescer exponencialmente a partir da revolução industrial considerando que mesmo que o progresso científico e tecnológico possa fortalecê-la, aumentando a eficiência ecológica no uso dos recursos, não será possível atingir a sustentabilidade sem que haja uma mudança da lógica do consumo predominante que permita a estabilização do consumo médio “*per capita*”.

E o que este fato tem haver com o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade? A questão principal é que ainda há um grande paradoxo entre as

questões econômicas e a sustentabilidade, é certo que as questões ambientais vêm ganhando espaço desde a década de 70. Contemporaneamente a grande massa populacional ainda tem uma visão distorcida do que seja realmente qualidade de vida, na qual o consumismo ainda está muito atrelado, e quando fatores como necessidades reais se sobressaem em parte da sociedade menos favorecida no que diz respeito a uma real qualidade de vida, questões de sobrevivência exercem mais influência do que questões ambientais.

Mesmo assim, é importante enfatizar que a década de 70, foi uma década marcada pela discussão em torno da escassez de recursos naturais atribuída a exploração desordenada e ao aumento dos níveis de poluição (BARBOSA, 2009). Segundo o autor em 1972, na Suécia surge a Conferência das Nações Unidas sobre o ambiente humano, que resultou na Declaração de Estocolmo, na qual foram estabelecidas como princípios básicos a conciliação entre desenvolvimento e proteção ambiental na salvaguarda dos recursos naturais em benefício das presentes e futuras gerações, tratando de aspectos como planejamento ambiental.

Depois desse acontecimento e dos alertas em prol do meio ambiente, de acordo com Pellegrini (2000) o conceito de ecologia considerado relativamente recente passou a ter uma maior abrangência abarcando não só os aspectos biológicos, mas também os aspectos legais, morais, socioeconômicos, políticos, etc, caracterizando a multidisciplinaridade das relações que acontecem em todo e qualquer ecossistema entre os seres bióticos e os aspectos abióticos. Dessa forma, diversos encontros internacionais, pesquisas, bibliografias e documentos foram criados dentre os quais seguem alguns exemplos:

- ✓ PNUMA : Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente;
- ✓ resolução das Nações Unidas sobre a soberania dos Recursos Naturais em casa nação, 1971;
- ✓ Encontro de Especialista de Meio Ambiente, Praga (Checoslováquia),1971;
- ✓ “O homem e a Biosfera” – Programa Intergovernamental da Unesco, 1971;
- ✓ 2º Conferência sobre Parques Nacionais, Estados Unidos, 1972;
- ✓ Tratado de cooperação Amazônica 1978;
- ✓ Conferência Mundial de Populações, Bucareste (Romênia), 1974;
- ✓ Estratégia para a Conservação da Natureza (União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais), 1984;
- ✓ Protocolo de Montreal, Montreal (Canadá), 1987;

- ✓ Conferência Internacional sobre Ozônio, Londres (Inglaterra), 1989;
- ✓ Globe 90 – Oportunidades Globais para Negócios e Conferência sobre o Meio Ambiente, Vancouver (Canadá), 1990;
- ✓ 2º Conferência Mundial para o Saneamento Ambiental da Indústria, Roterdã (Holanda), 1991;

Rabelo (2008) relata que o termo desenvolvimento sustentável foi explicitado pela primeira vez no documento “*The world conservation strategy: living resource conservation for sustainable development*” (1980) da *World Wide Environmental Program (WWF)*, e mesmo recebendo críticas por apresentar uma visão ecocêntrica, ganhou popularidade e apoio pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – (PNUMA).

A partir daí surge a famosa definição de Desenvolvimento Sustentável do Relatório de Brundtland, conhecido também como *Nosso Futuro Comum*, publicado em 1987 através da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), no qual desenvolvimento sustentável foi conceituado como sendo: [...] “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”.

Pellegrine (2000) pontua que nos países centrais essa preocupação pela preservação do meio ambiente ocorreu mais recentemente, assim como o surgimento de movimentos ambientalistas. O Brasil, por exemplo, sofreu resistências políticas e econômicas no que diz respeito às pressões internacionais sobre as questões ambientais, pois a prioridade do governo militar que se instalou no Brasil de 1964 a 1984 era acabar com a pobreza mesmo que para isso tivesse que causar uma maior degradação ambiental, o fator econômico neste caso era tido como prioridade.

O autor ressalta que na época inúmeros incentivos governamentais foram fornecidos para projetos agropecuários que apoiavam o desmatamento de áreas de floresta, onde ocorreram muitas queimadas e extração de madeira principalmente na região norte. Em contraponto a todo esse descaso em relação à importância dada para o meio ambiente, começaram a surgir as primeiras entidades particulares sem fins lucrativos voltadas para a defesa do meio ambiente como: Sociedade de Preservação de Recursos Naturais e Culturais da Amazônia, (Sopren, Belém), Fundação SOS Mata Atlântica São Paulo, Fundação Pró-Natureza (FUNATURA, Brasília), Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza entre outras.

Ferreira (2003) também cita que durante a década de 70 no auge do regime autoritário o Brasil tornou-se um dos principais receptores das indústrias poluentes transferidas dos países do Norte devido ao avanço da consciência ambiental nestes países. A partir daí com base em Viola, 1996 ressalta-se que a crise do modelo de desenvolvimento sofrida pelo Brasil no início da década de 80 acabou tendo um aspecto benéfico, pois acelerou a opinião pública brasileira na tomada de consciência da devastação ambiental.

Partindo desse pressuposto, Ferreira (2003) discorre que o fortalecimento das questões ambientais acabou sendo impulsionado pelo cenário internacional, que por sua vez proporcionou ao governo interno em âmbito nacional e local a adotar políticas públicas com ênfase nas questões ambientais.

Destarte, deve-se admitir que tais questões ambientais serviram como pano de fundo para fazer transparecer a imagem do Brasil no cenário internacional, mas em contrapartida, contemporaneamente, Ferreira (2003) acorda que houve uma evolução voltada para as questões ambientais brasileira em âmbito local proporcionada também pelo crescimento populacional que tende a ser cada vez mais urbano pelo avanço de políticas públicas locais e pelo avanço das leis ambientais a partir da constituição de 1988 com o surgimento de dois grandes princípios. O primeiro deles ressalta que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”, e o segundo diz que “o poder público e a coletividade têm o dever de preservar e proteger o meio ambiente”.

E ainda segundo a autora, deve-se levar em consideração que neste contexto a expressão meio ambiente aborda concepções como a natural, a cultural, a patrimonial, a urbana e a regional, já que estes princípios proporcionaram a criação de leis ambientais mais avançadas.

De acordo com os fatos abordados acima, observa-se que o termo desenvolvimento sustentável pode ser considerado como um termo complexo, dotado de uma interdisciplinaridade que abrange sociedade, natureza, política, economia, um termo muito recentemente discutido em sentido amplo, dentro das várias áreas do conhecimento.

Rodriguez (2006) apud Rabelo (2008) ressalta que há três níveis de sustentabilidade que indicam um caminho ao se escolher o quê sustentar:

- Sustentabilidade fraca: “concepção neoliberal que privilegia o capital fixo, podendo substituir o capital natural pelo físico dando ênfase a tornar sustentável o capital”;

- Sustentabilidade forte: “concepção fundamentalista que acredita que somente a paralisação de qualquer exploração natural proporcionará um desenvolvimento”;
- Sustentabilidade sensata: “permite-se a exploração do capital natural, porém, conhecendo-se os limites dos recursos, isto é, o natural é a base”.

Rodriguez (1997) faz uma conceituação do termo desenvolvimento sustentável, no âmbito do meio ambiente natural, econômico e social:

[...] sustentabilidade ambiental é um atributo de uma entidade espaço-temporal em que se incorpora a relação Sociedade-Natureza. Implica na coexistência harmônica do homem com seu meio-ambiente, mediante o equilíbrio de sistemas transformados e criados através da eliminação de detritos. Pressupõe-se a incorporação de conceitos temporais, tecnológicos e financeiros, refletindo um processo dinâmico e aleatório de transações de fluxos de EMI (energia, matéria e informação) entre todos os componentes espaciais.

A sustentabilidade econômica é a habilidade de um sistema ambiental de manter a produção através do tempo, na presença de repetidas restrições geoecológicas e pressões socioeconômicas.

A sustentabilidade social é o manejo de organização social compatível com os valores culturais e éticos do grupo envolvido e da sociedade que aceita suas comunidades e organizações, a continuidade de tal processo no tempo.

Com base no exposto acima, Rabelo (2008) conclui diante da complexidade que envolve o termo “desenvolvimento sustentável” que para sua viabilidade não se deve excluir as “forças políticas internacionais”, as “dificuldades dos países em desenvolvimento” – “desigualdade científico-tecnológica” citando como exemplo os “diversos interesses de poder que movem a sociedade humana desde os seus primórdios”.

Com base em Siena (2002), Rabelo (2008) enfatiza que as “necessidades humanas são distintas para os indivíduos e para as culturas e o modelo proposto de desenvolvimento sustentável não tem como objetivo administrar o meio ambiente, mas sim, as atividades humanas que afetam e até inviabilizam os diversos processos ambientais”.

Ferreira (2003), quando trata do tema “Globalização, descentralização e sustentabilidade” compara sociólogos como Marx, Durkheim e Max Weber, ele acorda que os três teóricos concordavam que o trabalho industrial moderno tinha consequências degradantes no diz respeito aos seres humanos, a situação econômica, cultural e social, a uma situação de submissão do homem em relação ao sistema em que vivemos.

Entretanto, esses teóricos não previram os impactos que esse sistema de produção capitalista causaria ao meio ambiente natural.

“Preocupações ecológicas nunca tiveram muito espaço nas tradições de pensamento incorporadas na sociologia, e não é surpreendente que os sociólogos hoje encontrem dificuldades em desenvolver uma avaliação sistemática delas” (GIDDENS, 1991).

A citação acima revela um exemplo da dificuldade e ao mesmo tempo da necessidade de outras áreas do conhecimento em abarcar o meio ambiente natural em seus estudos e projetos. Por outro lado, revela a tendência da interdisciplinaridade ligada a várias outras áreas do conhecimento na contemporaneidade, como a engenharia, a antropologia, o direito, a economia, as ciências políticas, entre outras, incluindo o turismo e seus segmentos que é o principal foco de estudo desse trabalho.

Capra (2001) em seu livro “A teia da vida” faz uma abordagem sobre a mudança do paradigma de uma visão de mundo mecanicista para uma visão de mundo holística, ecológica, que envolve principalmente mudanças de comportamento social, quebra de rupturas culturais e mudanças de valores, onde a ênfase do conhecimento científico não é dada apenas as partes, compreende o todo através do holismo, de uma visão de mundo organicista ou ecológica sob uma perspectiva sistêmica através de um pensamento que tem evoluído paulatinamente desde a primeira metade do século XX.

Dessa forma, Capra (2001) conclui que todo pensamento sistêmico é ambiental, no qual todo processo natural incluindo os processos humanos (sociais, políticos e econômicos) dão-se em “rede”.

Daí, a importância da interdisciplinaridade entre diversas áreas do conhecimento, principalmente no que se refere às questões ambientais.

2.2 Turismo: Conceituação, desenvolvimento sustentável

Assim como o paradigma da sustentabilidade nasceu a partir do momento em que o capitalismo foi se fortalecendo até atingir um nível avançado de saturação do meio ambiente natural influenciando no modo de vida da sociedade moderna e contemporânea, cabe ressaltar que o turismo enquanto atividade nasceu e se fortaleceu como uma atividade detentora de interesses econômicos que também tem acompanhado esse novo modelo de desenvolvimento sustentável.

Em uma abordagem histórica acerca do desenvolvimento do turismo, Ignara (2003) relata que o turismo enquanto atividade econômica existe desde a antiguidade. Para o autor, em termos históricos o turismo teve início quando o homem deixou de ser sedentário passando a viajar principalmente por motivos comerciais entre os povos, incluindo motivos de esporte e aventura, também, tendo como exemplo as grandes viagens exploratórias.

Nesse contexto, Ignara (2003) faz um breve histórico acerca do desenvolvimento do turismo na idade média e na idade moderna, enfatizando também as contribuições de tal atividade no avanço das infraestruturas que foram sendo disponibilizadas à medida que a necessidade de apoio turístico iria aumentando. Na idade média segundo o autor, o principal motivo que impulsionou as viagens foram as cruzadas.

Já na idade moderna o autor argumenta que o capitalismo comercial proporcionou de fato o aumento das viagens, o mesmo relata que para alguns autores o turismo inicia-se de fato durante o século XVII, com o começo do crescimento industrial através do aumento da riqueza, da ampliação da classe de comerciantes, e da secularização da educação estimulando o interesse por outras culturas. Os séculos XV e XVI foram marcados pelas grandes navegações, entretanto o autor enfatiza que o último período do desenvolvimento turístico deu-se no final da segunda guerra mundial, que proporcionou a revolução tecnológica, e de certa forma, economicamente falando, resultou também no aumento de riquezas para uma maior parcela da população quando comparada com a população das sociedades anteriores.

Nesse contexto, os meios de comunicação, e as facilidades relacionadas aos meios de transportes também foram um dos fatores que impulsionaram o aumento das viagens pela classe média dos países industrializados.

A partir daí, deve-se levar em consideração que o turismo enquanto ciência pode ser considerado como uma parte das ciências humanas, que ainda necessita de aprofundamentos técnico-científicos (IGNARA, 2003).

Nesse aspecto Andrade (2008) cita que mesmo se configurando como antigo em se tratando de um fato socioeconômico, o turismo é um fenômeno recente como objeto de estudo, por esse motivo o autor leva em consideração que ainda são raros e insuficientes os estudos acerca da sistemática da filosofia do turismo assim como a sua aplicação as diferentes realidades. Andrade (2008), Ignara (2003), Iage e Milone (2000),

entre outros autores acordam que os poucos estudos em profundidade, destinam-se a análise e a sistematização de aspectos econômicos, cambiais e legais do turismo.

De fato, muitas das primeiras definições do turismo em si remetem-se a uma abordagem mais econômica, e técnica. Andrade (2008), afirma que a mais atinga conceituação de turismo data de 1910 pelo economista austríaco Herman Von Schullard, que define turismo como: “a soma de operações especialmente as de natureza econômica diretamente relacionadas com a entrada, a permanência e o deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região”.

Várias outras definições assemelham-se a está, como as definições feitas por Edmond Picard, economista belga e professor da Universidade de Bruxelas que considera que “o turismo é uma atividade que tem como função a importação de divisas pelos países, seu impacto reside no fato do que as despesas de turismo podem fazer para os diferentes setores da economia e, em particular, para os proprietários e gerentes de hotéis”. Mesmo a partir de 1929 quando ocorreram os resultados mais significativos em termos de conceituações acerca do turismo estendendo-se até a segunda guerra e mais precisamente na Alemanha, com esforços de empresários e economistas trabalhando coletivamente com a intenção e expandir o poder econômico para firmar a Alemanha na liderança das nações mais poderosas do mundo, as definições de turismo ainda se restringiam muito aos aspectos econômicos e técnicos (ANDRADE, 2008).

Lage e Milone (2000) ao fazer uma breve crítica acerca das definições do turismo, afirmam que hoje é difícil limitar o turismo a uma definição específica sob o argumento de que esta é uma atividade socioeconômica que gera a produção de bens de serviços para o homem visando à satisfação de diversas necessidades básicas e secundárias, envolvendo também uma interdisciplinaridade de outras atividades complementares.

Ignara (2003) traz uma definição institucionalizada do turismo pela Organização Mundial do Turismo (OMT) sendo assim conceituado: “[...] o turismo engloba as atividades das pessoas que viajam e permanecem em lugares fora de seu ambiente usual durante não mais do que um ano consecutivo por prazer, negócios ou outros fins”.

Como se pode observar está é mais uma conceituação técnica. Para tanto, deve-se levar em consideração que o turismo é uma atividade que envolve os diversos setores da sociedade, tanto no que diz respeito ao setor comercial de serviços quanto ao que se refere ao setor social (comunidade receptora e turistas), ao meio ambiente físico e natural

(como forma de uso de espaços físicos e naturais sendo estes considerados como bens difusos), envolvendo não só uma relação comercial de produtores de bens de serviços e consumidores, mas incluindo um amálgama de relações sociais que acaba por enraizar nas diversas áreas do conhecimento.

A partir daí, pode-se considerar o turismo através de vários enfoques, o sociológico, o econômico, o administrativo, o histórico, o institucional, o geográfico, o interdisciplinar e o sistêmico o qual, Ignara (2003) considera como sendo, “o mais necessário para o estudo do turismo, pois segundo ele trata da pesquisa que trabalha com grupos de elementos inter-relacionados para formar um todo unificado e organizado para se atingir um conjunto de objetivos”.

Daí, a importância de se trabalhar o desenvolvimento do turismo em conjunto com o desenvolvimento sustentável, pois da mesma forma que esta atividade pode ajudar a recuperar áreas naturais e a desenvolver certos setores da sociedade, ela também pode degradar o meio ambiente físico e natural, e ainda tornar-se uma atividade socioeconômica geradora de conflitos socioambientais.

2.3 Turismo e sustentabilidade

De acordo com Ribeiro e Stigliano (2010), desde a década de 80 com a materialização do relatório de Brundtland tem havido uma tendência de mudar o paradigma dominante do desenvolvimento com base em princípios de justiça social ancoradas no dinamismo dos atores sociais da construção democrática.

Para Ribeiro e Stigliano (2010) a conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92, incentivou no desenvolvimento de tentativas de se produzir uma nova cultura do desenvolvimento de forma que todos os conceitos tradicionais pudessem ser considerados através de três eixos de ação como, por exemplo: “a promoção de equidade por processos distributivos”, “consolidação de construção de direitos”, “garantia de reprodução de bases ecológicas do desenvolvimento social”. Para esses autores, a relação entre desenvolvimento turístico e sustentabilidade ambiental baseia-se nessa nova cultura de desenvolvimento com ênfase nos três eixos de ação citados.

Ribeiro e Stigliano (2010) citam ainda que o desenvolvimento de uma região deve incluir a participação das comunidades regionais no âmbito dos diversos atores sociais. Os mesmos enfatizam também a importância do desenvolvimento e do fortalecimento dos cursos universitários de turismo, promovendo assim, profissionais qualificados preparados para planejar e resolver essas complexas questões que exigem uma formação interdisciplinar criteriosa.

De acordo com a *World Wide Fund for Nature* (WWF), independente do segmento do turismo adotado é necessário que a atividade seja praticada de forma racional e duradoura contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de uma grande parte da população local, somando-se ainda a conservação do patrimônio natural e cultural e desenvolvendo atividades lucrativas que garantam a manutenção da atividade turística em longo prazo.

Não obstante deve-se levar em consideração que este é o modelo de um desenvolvimento sustentável desejável de acordo com o paradigma da sustentabilidade, pois envolve (economia, sociedade e natureza), um modelo difícil de ser alcançado diante da complexa rede de sistemas que envolvem a atividade turística que por ser tão complexa, exige uma harmonia entre os vários atores socioeconômicos integrando tal rede, apesar desses contrapontos pode-se afirmar que um desenvolvimento propício para o modelo sustentável não é impossível de ser implementado principalmente quando proposto em escala local.

Cabe então fazer uma pequena diferenciação entre o termo “crescimento” e “desenvolvimento”, para Rabelo (2008) o crescimento é relacionado somente a valores quantitativos, enquanto desenvolvimento confere a transformação das condições humanas de vida de uma sociedade em seu conjunto. Rabelo (2008) relata que os valores quantitativos vistos de forma isolada são incapazes de valorizar os níveis de bem-estar e qualidade de vida, e, portanto são incapazes de atingir um real desenvolvimento.

Para Silveira (2002) a própria definição de crescimento tem sido contestada não só em seu fator econômico, mas incluindo também o lado social, político e ambiental questionando-se a imagem de desenvolvimento baseada tão somente em indicadores econômicos e quantitativos. Não que estes não se façam importante, desde que os termos quantitativos sejam capazes de levar a um aumento da qualidade de vida das populações locais a melhores níveis de educação, a uma melhor relação entre o homem e o meio ambiente natural.

Ainda de Acordo com Silveira (2002) “o princípio da sustentabilidade voltado para o turismo é definido como algo que vai além da dimensão ecológica, pois compreende também a melhoria das condições econômicas e sociais das populações locais e a satisfação dos turistas”.

Junduriam (2006) faz uma relação entre o ocorrido na eco 92 com a agenda 21 junto com os avanços constitucionais brasileiros no que se refere aos direitos sociais mostrando que nesse contexto houve um incentivo ao desenvolvimento de base local, de forma que este fator possa ser considerado como parte de um desenvolvimento sustentável que cria possibilidades para condições voltadas para um desenvolvimento humano sustentável. A autora atenta para o desenvolvimento local como parte de um processo de desenvolvimento sustentável capaz de gerar qualidade de vida em âmbito local, de forma que as necessidades sociais sejam supridas através de uma economia solidária gerada de uma forma coletiva.

Nesse contexto se inclui as questões voltadas para o desenvolvimento do turismo sustentável, uma vez que o desenrolar dessa atividade tem acompanhado as tendências de desenvolvimento local, partindo do pressuposto de que ela pode se configurar em um tipo de economia alternativa complementar. Dessa forma, Junduriam, (2006) com base em Coelho (2001) aponta o desenvolvimento econômico como a formação de um ambiente sinérgico, inovador no qual se desenvolvem e se institucionalizam formas de cooperação e integração das cadeias produtivas e das redes econômicas sociais, de forma que as oportunidades devam ser ampliadas para a geração de trabalho e renda, visando também a criação para um desenvolvimento humano sustentável.

De acordo com a cartilha de segmentação do Ministério do Turismo (2001) sob os princípios da sustentabilidade e da ética, o turismo social vem sendo tratado como uma forma de se conduzir e praticar a atividade turística visando promover a igualdade de oportunidades, sem discriminação, acessível a todos de maneira solidária, em condições de respeito e sob os princípios da sustentabilidade e da ética. Nesse sentido, cabe ressaltar que de acordo com o Ministério do Turismo, “as premissas, estratégias e ações definidas para o turismo social perpassam transversalmente todos os segmentos ou tipos de turismo, como uma forma de se promover transversalmente a atividade turística”.

Dessa forma é importante entender que o turismo sustentável não está ligado exclusivamente ao ecoturismo em áreas naturais ou ao turismo cultural, até porque

inserido nesse contexto de turismo em áreas naturais, tal atividade tanto pode se desenvolver de maneira sustentável como pode gerar mais impactos ambientais e sociais dependendo do contexto em que a localidade está inserida.

A Organização Mundial do Turismo OMT, define turismo sustentável como sendo aquele que:

Atende as necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras e ao mesmo tempo protege e fomenta as oportunidades para o turismo futuro. Concebe-se como um caminho para a gestão de todos os recursos de forma que possam satisfazer-se as necessidades econômicas, sociais e estéticas, respeitando ao mesmo tempo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas que sustentam a vida (OMT, 1993, p.22).

2.4 O Meio ambiente natural como um bem difuso sobre o efeito da atividade turística

Ao discorrer sobre as dificuldades institucionais para as leis e políticas do meio ambiente”, Drummond (2000) relata que os recursos naturais no mundo moderno e contemporâneo têm uma tendência de sofrer impactos através do que ele chama de “falhas de mercado”, sendo a primeira delas considerada como uma impossibilidade ou a incerteza da definição dos direitos de propriedade privada sobre o mundo natural e seus componentes, e a segunda dessas falhas, o autor denomina como sendo as “externalidades negativas”.

Para Drummond (2000) na ordem política neoliberal criou-se uma separação entre propriedade comum de natureza e a propriedade privada dos resultados do trabalho humano, que se caracteriza por privatizar o que é retirado da natureza por determinados grupos para o consumo humano.

“Os recursos naturais tirados da natureza têm sido sistematicamente remetidos à condição de propriedade comum sob responsabilidade difusa do governo, da comunidade, do poder público, embora haja exceções, ficaram ao desabrigo das proteções legais derivadas dos modernos direitos de propriedade privada” (DRUMMOND, 2000).

Partindo do pressuposto acima, o autor considera que os recursos naturais são colocados em uma situação parecida com a dos bens públicos, pois pertencem a todos ao mesmo em que não é de ninguém especificamente tornando-se difícil excluir alguém de seu consumo.

Nesse contexto, o autor ainda questiona como fica o preço de um recurso natural, já que nessa perspectiva, o preço não foi misturado ao trabalho humano, sendo que de acordo com a ordem política neoliberal, o recurso natural não tem preço nem dono tendendo a possuir um número infinito de consumidores.

Pode-se dizer então que a atividade turística é um exemplo de atividade econômica que merece uma atenção especial no que diz respeito a sua forma de atuação, já que a mesma utiliza o meio ambiente natural com a tendência de privatizá-lo. Uma paisagem natural pode se tornar um exemplo de produto modificado pela ação da atividade turística, uma vez que a paisagem pode ser utilizada como atrativo para turistas influenciando em uma série de instalações (infraestruturas de apoio e de serviço) tendendo a torná-la mais cara e inacessível para grande parte da população.

Deve-se levar em consideração que nem sempre essa exclusão deve ser reconhecida como uma forma de sustentabilidade, de forma que nesse caso a intenção não é um real estudo de capacidade de carga, configurando-se aí em mais uma forma exclusão social. Cabe então o seguinte questionamento: Até que ponto essa privatização de ambientes coletivos pode ser positivo ou negativo, para o meio ambiente natural, para comunidade receptora e para o turista?

Silva (2008) afirma que o Brasil como um país de grande extensão territorial continental agrega Unidades de Conservação UC's tais como: Parques Nacionais, reservas Biológicas, Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental, Reservas Extrativistas e Florestas Nacionais, acrescentando-se ainda a diversidade de patrimônio cultural material e imaterial.

Sob essas características a autora discorre que o país acaba agrupando um grande potencial ecoturístico e a tutela de seu meio ambiente deve ser observada diante dos riscos potenciais e danos efetivos ocasionados por tal atividade, pois vivemos em uma sociedade de massa e o ecoturismo tornou-se uma atividade de grande demanda gerando assim impactos e degradações ambientais quando não observadas às medidas necessárias como, um planejamento prévio de longo prazo, a inclusão de pequenas comunidades tradicionais no desenvolvimento da atividade e na tomada de decisão, estudos de capacidade de carga entre outras medidas preservacionistas, neste caso o desenvolvimento do turismo e de qualquer de seus segmentos poderão trazer grandes transtornos tanto para grandes centros urbanos quanto para pequenas comunidades tradicionais.

Para Fiorillo (2004) o ecoturismo atualmente direciona-se a viabilizar viagens de lazer agilizando os bens ambientais formados pelo meio ambiente (natural, cultural, artificial, incluindo o meio ambiente do trabalho) “transformados em produtos e serviços destinado a satisfazer as diferentes necessidades dos consumidores e em proveito do lucro para os diferentes fornecedores de serviços vinculados a aludidas atividades prazerosas” (FIORILLO, 2004).

Nesse contexto cabe ressaltar que Fiorillo, (2004) acorda que o Ecoturismo é colocado como uma forma de lazer assegurado pela Constituição Federal (CF) brasileira de 1998, vinculado ao princípio da dignidade de pessoa humana, (art. 1º, III) ao mesmo tempo em que é tutelado pelo art. 170 da carta magna a partir de outro fundamento da CF, baseado na existência de uma ordem econômica capitalista tutelada pelos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como um direito ao lazer a ser realizado no âmbito da ordem jurídica do capitalismo, incluindo aí o desfrute dos bens ambientais (meio ambiente natural, cultural e artificial).

Entretanto, deve-se salientar que, diante de certo grau de liberalismo econômico, o art. 170 da CF de 1988, aborda uma “ordem econômica, fundamentada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, com a finalidade de assegurar a todos, existência digna, conforme os ditames da justiça social”, devendo-se ressaltar ainda que a mesma assegura em seu inciso III- “A função social da propriedade”, e em seu inciso VI – “defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação”, inferindo-se que contudo há uma certa regulamentação diante de um certo grau de liberalismo no que diz respeito ao uso da propriedade, (incluindo até a propriedade privada em prol dos direitos sociais), e ao uso do meio ambiente natural (incluindo neste outras leis destinadas a conservação do mesmo).

Sendo assim fica claro que o meio ambiente natural, pode se configurar em um bem ambiental passível de ser utilizado de forma que haja um uso sustentável do mesmo, como segue no art. 225 da CF/1988, “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Por outro lado, no que diz respeito ao aspecto cultural segue o art. 116 da CF/1988, no qual a constituição considera que o conjunto do patrimônio cultural brasileiro é formado pelos bens de natureza material e imaterial, sendo estes tomados de

forma individual ou em conjunto com referência à identidade, a ação, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, incluindo os incisos citados adiante: I – “as formas de expressão”; II – “os modos de criar, fazer e viver”; III – “as criações científicas, artísticas e tecnológicas”; IV – “as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais”; V – “os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.

Sendo assim, cabe ressaltar que o ecoturismo e o etnoturismo ainda que se configurem em atividades econômicas desenvolvidas sob a ótica de um certo liberalismo econômico, podem ser atividades passíveis de proporcionar um desenvolvimento sustentável relevante tanto para o meio ambiente natural quanto para o meio ambiente cultural principalmente em âmbito local.

Mendonça (1999) aponta o ecoturismo como uma alternativa de turismo preocupada com o meio ambiente, entretanto ela afirma que tais avanços não significam necessariamente que esta questão ambiental tenha encontrado a solução, pois a autora relata que onde há turismo há degradação ambiental. Para a autora onde o turismo é considerado desenvolvido sob a ótica econômica, há aglomeração de pessoas em um mesmo espaço que não se interessam necessariamente pelo local visitado. O que na verdade acontece são “modismos” provocados pela divulgação dos meios de comunicação, de forma que os lugares acabam sendo escolhidos através de critérios que não necessariamente incluem a personalidade do lugar. Dessa forma, o turismo acaba desenvolvendo-se superficialmente no que diz respeito à natureza e às populações locais.

Entretanto, o art. 116 da Constituição Federal (CF) Brasileira de 1988 pode ser relacionado com o exposto por Mendonça (1999) no que diz respeito à valorização dos aspectos culturais de uma determinada localidade:

As comunidades nativas conhecem muito bem as características ecológicas do meio natural e seu limite de saturação. Sua participação ativa pode dar parâmetros da sustentabilidade da atividade turística. Só assim elas, e igualmente as gerações futuras, poderão ser beneficiárias deste desenvolvimento. Até aqui os povos nativos têm sido descartados desse processo, aumentando cada vez mais o índice de pobreza e marginalidade, sobretudo na faixa tropical do planeta, onde a riqueza e a diversidade de atrativos turísticos é extraordinária (MENDONÇA, p. 23, 1999).

Por outro lado na prática, Silva (1998) afirma que o ecoturismo está incluído no paradigma do desenvolvimento sustentável encontrado no documento “Nosso Futuro

Comum”, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1988), entretanto a autora faz uma crítica ao relatar que a forma de apropriação desse “meio ambiente” não fica clara, para ela esse paradigma representa práticas econômicas dentro de uma certa legalidade ambiental.

Sendo assim, a autora discorre que a adjetivação dada a modelos econômicos “sustentáveis” como: “exploração racional”, “a agricultura sustentável”, “o turismo ecológico”, entre outros, acaba isentando, excluindo a discussão de práticas de forma que no conceito de desenvolvimento sustentável as práticas econômicas podem ser “apresentadas como produtos acabados dentro dessa legalidade ambiental”(SILVA, 1998).

Além do conceito de desenvolvimento sustentável o tema do ecoturismo permite refletir sobre a questão das comunidades tradicionais, pois neste tema é muito presente a tensão entre o lugar da cidade e, ou o do capital (o turista, o laboratório de biotecnologia, a indústria, etc.) e um outro lugar: o local das comunidades tradicionais são aquelas que serão duplamente destituídas juridicamente, pela afirmação generalizada dos direitos sob a natureza, com a qual nos lugares determinados, turista e comunidades tradicionais que não têm os mesmos vínculos possam ter os mesmos direitos. E economicamente, na afirmação da sua pobreza, o que significa a riqueza desses lugares, não é riqueza para as populações, mas para o turista (SILVA, p.148, 1998).

Seguindo o exposto acima, o Ministério do Turismo (2005) afirma que a origem da cadeia turística acontece geralmente em grandes centros urbanos através de um amálgama de infraestrutura, e serviços de transportes, meios de hospedagem, lazer entre outros muitas vezes já existentes nestes grandes centros urbanos, enquanto nos destinos não metropolitanos os envolvidos na atividade turística são as comunidades locais, comunidades mais provincianas muitas vezes rurais que não detêm um conhecimento técnico mais específico voltado para o desenvolvimento do turismo necessário para analisar ou perceber os impactos da atividade e até mesmo de um empreendimento, ou de forma que a própria comunidade saiba perceber a sua participação.

Dessa forma, os destinos não metropolitanos envolvidos em atividade turística correm o risco de ter essa atividade desenvolvida com características relacionadas àquelas dos grandes centros urbanos. Sendo assim, comunidades mais provincianas quando gerenciadas por atores exógenos à sua área, muitas vezes têm uma participação singular no desenvolvimento do turismo condenando assim o crescimento local, uma vez que os atores locais acabam ficando as margens desse desenvolvimento.

Por essa ótica Diegues (1999) critica o modelo Norte-americano de criação de parques nacionais utilizados nos países em desenvolvimento, aonde a natureza difusa dos conflitos pelo uso da terra é gerada por não se levar em consideração a verdadeira relação entre as comunidades tradicionais e o meio ambiente natural. De acordo com o autor pode haver o desenvolvimento de atividades econômicas nas áreas naturais de forma que a comunidade local tenha certa prioridade de direito sobre o meio ambiente natural em que vive.

A partir daí, infere-se que o produto local (o meio ambiente natural, a cultura tradicional, a própria comunidade) acabam beneficiando-se menos por serem explorados por uma atividade econômica sem retornos para o local. De acordo com o exposto por Drummond (2000) este fator pode então ser considerado como um exemplo de externalidade negativa no que diz respeito ao desenvolvimento da atividade turística em comunidades afastadas grandes centros urbanos.

2.5 Áreas de Proteção Ambiental e o desenvolvimento da atividade turística

A lei de número 9.985, de 18 de julho 2000 que regulamenta o art. 225 da Constituição Federal, no § 1º incisos I, II, III, VII, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (UC's) da Natureza (SNUC), e em seu art. 1º estabelece os critérios e normas para criação, gestão e implantação de UC's, dessa forma o art. 2º da referida lei em seu inciso I define uma Unidade de Conservação como sendo:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

O SNUC possui duas categorias de UC's, as “unidades de proteção integral” e as “unidades de uso sustentável”. De acordo com o § 1º art. 7º do SNUC “o objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei”, das quais fazem parte cinco UC's.

Já o § 2º da referida lei considera UC de uso sustentável, como aquela que tem como objetivo básico “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais”, nesta categoria estão inseridas sete UC’s.

Para tanto neste trabalho cabe ressaltar que dentre todas as categorias, a Área de Proteção Ambiental torna-se o foco dessa discussão mediante a caracterização específica da área de estudo, devendo-se levar em consideração que muitos dos aspectos referentes ao desenvolvimento da atividade turística nessa categoria de UC também pode servir como exemplo para outras UC’s da mesma categoria e áreas naturais particulares ou públicas ainda sem uma definição específica.

Cabe então ressaltar que o art. 15º da lei 9.985 de 18 de junho de 2000 em seu § 5º, discorre que uma “Área de Proteção Ambiental (APA) disporá de Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser no regulamento da referida lei”.

No que diz respeito à importância da existência de um plano de manejo nessas áreas, cabe ressaltar também que de acordo com o art. 27º, § 1º O Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas, assim como de acordo com o § 2º deve-se levar em consideração que “na elaboração, atualização e implementação do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas, das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, das Áreas de Proteção Ambiental e, quando couber, das Florestas Nacionais e das Áreas de Relevante Interesse Ecológico, será assegurada a ampla participação da população residente.”

Diegues (1999) relata que é imperioso que os planos de manejo deixem de ter seu caráter autoritário e tecnocrático, passando a ter um processo de integração crescente de conhecimento, dos fazeres e das técnicas patrimoniais nas tomadas de decisão sobre o uso do espaço por muito tempo habitado usado pelo morador tradicional. Pois para o autor seria essencial que houvesse um real esforço para interação do etnoconhecimento das populações tradicionais nos planos de manejo das áreas naturais protegidas, já que de fato, é regulamentado no art. 27º do SNUC que “as unidades de conservação devem dispor de um plano de manejo”.

Com relação ao desenvolvimento de atividades econômicas em UC’s de uso sustentável, no que diz respeito ao desenvolvimento da atividade turística, cabe ressaltar que tal desenvolvimento é permitido nesta categoria de UC’s já que de acordo com o art.

4º do SNUC um de seus objetivos é XII - “favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico”; XI – “valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica”; XIII – “proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente”.

Boo (1999) faz uma abordagem sobre as vantagens e desvantagens da implantação do ecoturismo nestas áreas, de forma que a mesma cita que entre os impactos estão, a degradação do meio ambiente, as injustiças e instabilidades econômicas assim como as mudanças socioculturais negativas. Já entre os aspectos positivos podem ser ressaltados, a geração de receita para as áreas protegidas, a criação de emprego para as pessoas que vivem próximas a essas áreas e a valorização da educação ambiental e de conscientização sobre a conservação. Entretanto a autora ressalta que se deve procurar pontos em comum entre o ecoturismo, a conservação e o desenvolvimento, para que haja a possibilidade de minimizar custos e maximizar benefícios dentro dessas áreas.

Diegues (1999) ao discorrer sobre os conflitos gerados entre as comunidades tradicionais e os gestores dessas áreas faz uma crítica aos modelos de utilização de parques nacionais levados dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento.

Para o autor, as áreas naturais protegidas têm como objetivo geral preservar espaços com atributos ecológicos importantes, sendo que algumas dessas áreas são criadas para que sua riqueza natural e estética seja admirada pelos visitantes, de forma que não se deve permitir a moradia de pessoas em seu interior.

Segundo o autor, esta é uma concepção radical que provém do século passado, sendo criada em primeiro lugar nos Estados Unidos com a finalidade de proteger a vida selvagem, mas sem levar em consideração as comunidades tradicionais existentes no interior dessas áreas e no seu entorno. Baird Callicot (1991) apud Diegues (1999) fez uma crítica ao conceito de *wildness*, justamente no que diz respeito a uma tendência de separação entre a humanidade e a natureza, considerando tal conceito como etnocêntrico e em alguns casos discriminatórios por não levar em consideração a importância das populações humanas tradicionais do terceiro mundo na conservação da natureza.

É fundamental enfatizar que a transposição do modelo de Yellowstone, de parques sem moradores, proveniente de países industrializados e de clima temperado para países do terceiro mundo, cujas florestas remanescentes foram e continuam sendo a grande parte, habitadas por populações tradicionais, está na base não só de conflitos graves, mas de uma visão inadequada de áreas protegidas. Essa visão importada, e inadequada às condições ecológico-sociais dos países do sul, constitui um

elemento importante da chamada *crise do conservacionismo* no Terceiro Mundo (DIEGUES, 1997).

Dessa forma o autor atenta para a atenção que deve ser dada às comunidades tradicionais no que diz respeito à participação dessas comunidades nos planos de gerenciamento local, mais precisamente no se que refere aos planos de manejo. Para o autor, existe um processo de simbiose entre o homem e a natureza nas simbologias das sociedades primitivas e tradicionais manifestando-se no campo das atividades por elas desenvolvidas, através modo de vida dessas comunidades nas determinadas áreas, Diegues (1997) ainda enfatiza que tal simbiose é muito evidenciada nas sociedades indígenas brasileiras, como por exemplo, em que o tempo de caçar, de plantar, de pescar pode ser marcado por mitos ancestrais, pelo aparecimento de constelações no céu, um conhecimento específico a ser transpassado sob forma de aprendizado para uma comunidade externa por exemplo.

Ruschmann (1997) afirma que o plano de manejo é um instrumento técnico, gerencial e científico que apesar da necessidade de sua realização tem sido pouco contemplado na maioria das UC's, principalmente pela falta de equipes mais direcionadas para a complexidade voltada para a problemática do tipo de monitoramento que deve existir nas UC's, o que de acordo com a autora não é uma realidade na maior parte das áreas protegidas do Brasil.

Sendo assim no que se refere ao ecoturismo em áreas protegidas, Boullón (1997), faz a seguinte afirmação:

La existencia de una área natural protegida es el resguardo básico que necesita el ecoturismo para progresar, porque esto asegura a los posibles intervencionistas y operadores turísticos que el recurso natural no corre el peligro de ser depredado por el hombre, encunto a la intromisión de otras actividades extractivas que pueden acabar con el.

Rodriguez (1997) faz uma crítica ao modelo de turismo utilizado pelo governo equatoriano que deixou de apoiar a comunidade local, para representar empresas turísticas que exigiram uma revisão dos estatutos dessas comunidades, que por sua vez começaram a representar uma importante competência na região. Dessa forma o governo passou a considerar ilegais atividades turísticas que eram desenvolvidas por quatorze comunidades “*quichuas*” da região amazônica do Equador acusando-as de evasão de impostos. Com base nas informações de Tarquino Tapuy, diretor do projeto de uma rede formada com apoio não governamental chamada “*Ayuda em Acción*”, o autor afirma que

tal rede apresentou uma alternativa de vida para mais de 280 famílias “quichuas” da província nordeste do Napo.

Dessa forma o autor faz a seguinte ressalva:

Con mayor razon debemos propender a un fortalecimiento de las iniciativas locales si ellas si localizan en islas o archipelagos. Doblemente justificable, si las inversiones giran en torno al uso recreativo de un Parque Nacional, una área protegida por sus valores naturales en prol del turismo, la educación e la ciência (RODRIGUEZ, 1997).

Molina (2001) Afirma que é preciso levar em consideração a importância do turismo como uma opção para o desenvolvimento das comunidades e dos indivíduos, pois segundo o autor sua importância qualitativa é inegável em nossos dias, de forma que muitos governos consideram que o acesso a sua prática é um direito. Neste contexto, o autor discorre que o turismo tem uma relação com as necessidades fundamentais como: a educação relacionada ao aprendizado e identificação com outras culturas, grupos étnicos e recursos naturais, e que o turismo pode proporcionar experiências emotivas e cognitivas com os meios que os cerca.

Paiva (1998) relata que a lei prevê que todos os planos e programas turísticos deverão assegurar a preservação e a valorização do patrimônio natural e cultural, através do estabelecimento de normas de uso e ocupação do solo, visando penalidades diversas incluindo embargos de obras, entretanto tal legislação tem sido ignorada, como várias outras que foram criadas para racionalizar a exploração do turismo.

A autora critica a visão imediatista de alguns tipos de políticas públicas de incentivo ao turismo quando afirma que tais meios e modos de incentivos chegam ao “extremo” ao referir-se ao estado do rio Grande do Norte e ao estado do Ceará com relação à grande divulgação e incentivo aos passeios de *buggy* nas dunas como um grande produto turístico local, institucionalizando-os como um tipo de empreendimento de fácil lucro para poucos ao mesmo tempo em que o ecossistema é prejudicado.

Por outro lado Paiva (1998) afirma que o turismo pode se beneficiar da ecologia, assim como a ecologia pode se beneficiar do turismo com a utilização de projetos integrados a natureza e a programas educacionais sobre ecologia.

O turismo deve ser compatível e fazer parte dos planos em escala internacional, nacional, regional e local de desenvolvimento sustentável e de conservação, além de obedecer a convenções internacionais e leis nacionais, estaduais e locais que apoiam o desenvolvimento sustentável e a conservação. Deve ser planejado, administrado e empreendido de maneira à evitar danos a biodiversidade e ser ambientalmente sustentável, economicamente viável e socialmente equitativo. Deve também ser empreendido com uma visão preventiva, sem comprometer as oportunidades de uma economia local diversificada e respeitando os limites “aceitáveis de mudança” ou (capacidade de carga), (*World Wide Fund For Nature – WWF BRASIL*, 2003).

2.6 Ecoturismo

Em 1994 foram publicadas as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, através da antiga EMBRATUR e Ministério do Meio Ambiente (MMA), no qual o ecoturismo foi denominado e conceituado como: “(...) um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através de interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações”, (BRASIL, 2004).

A *The Ecotourism Society* (1990) conceitua o ecoturismo afirmando que o mesmo se configura em “uma viagem responsável que conserva o meio ambiente e melhora a qualidade de vida da população local”.

Apesar das premissas e definições relacionadas ao ecoturismo e ao desenvolvimento sustentável, a *World Wide Fund For Nature* (WWF) – Brasil afirma que o turismo vem sendo associado com frequência a atividades e conceitos que não necessariamente estão ligadas as reais intenções acerca do conceito de sustentabilidade defendido por especialistas. De forma que ocorrem confusões relacionadas com o “turismo de natureza”, em locais que têm como atrativos belas paisagens naturais, assim como um “turismo de aventura” onde atividades esportivas são utilizadas em meio a natureza, de forma que, para que o turismo seja considerado como ecoturismo faz-se necessário que uma série de princípios abordando desde as contratações de serviços até relações sociais subjacentes, sejam levados em consideração.

Kinker (2002) afirma que sobre o ecoturismo, foi Budowski em 1976 quem escreveu o primeiro artigo utilizando argumentos sobre a possibilidade de ligação entre o turismo e a conservação, porém a palavra ecoturismo só começou a ser utilizada no início dos anos 80 quando houve um crescimento do interesse mundial pela necessidade da conservação do meio ambiente e também como uma reação aos impactos negativos

causados pelo turismo de massa em ambientes naturais. Ao avaliar alguns conceitos acerca do ecoturismo, a autora atenta que o aspecto educacional do ecoturismo e a questão da sensibilização ambiental por parte do turista pelo aprendizado e vivência em ambientes naturais mais preservados devem ser um aspecto bem explorado principalmente quando desenvolvido em unidades de conservação.

Honey (1999) aponta princípios e critérios que podem ser considerados essenciais para qualquer atividade que receba o título de ecoturismo:

- ter a natureza conservada como atrativo principal;
 - deve-se produzir o mínimo impacto ao meio ambiente natural e cultural;
 - fazer uso de infraestrutura adequada como, (a utilização de energias renováveis, dar preferência ao uso de materiais reciclados e regionais, fazer uso de arquitetura ambiental e cultural adequada, utilizar as análises de capacidade de carga, monitoramento do impacto da visitação);
 - deve despertar e sensibilizar o turista e a comunidade local;
 - promover benefícios diretos e indiretos para a conservação das áreas visitadas;
 - promover benefícios econômicos e o fortalecimento das comunidades locais;
- promover e respeitar as comunidades locais.

Fazendo uma análise dos princípios e critérios abordados acima para o desenvolvimento do ecoturismo, Kinker (2002) considera que principalmente levando em consideração a realidade brasileira, dificilmente todos esses aspectos relacionados a um amálgama de produtos ecoturísticos podem ser atingidos, mesmo assim para a autora o ponto essencial de tais princípios é “não tirar o mérito de quem procura segui-los e os vai incorporando aos poucos à sua atividade”, devendo-se ainda atentar para atividades turísticas que são realizadas sem nenhum compromisso com a sustentabilidade, mas que da sustentabilidade ambiental se utilizam por motivos de divulgação e estratégia de marketing.

Para Azevedo (2007) no que diz respeito ao potencial do ecoturismo, existe uma falta de convergência no conceito de ecoturismo de forma que este fator tem provocado o aparecimento de projetos com etiquetas “ecoturísticas”, sem que o ecoturismo tenha sido proporcionado de fato, para a autora, o ecoturismo pode significar tudo e ao mesmo tempo nada para uma determinada localidade.

Entretanto, Azevedo (2007) afirma que o turismo pode proporcionar benefícios a gestão ambiental local e ao mesmo tempo estimular a criação de novas áreas de conservação citando como exemplo: o caso de São Jorge de Alto Paraíso (Goiás-Brasil).

Para Western (1999) “ecoturismo é mais do que uma pequena elite de amantes da natureza. É na verdade, um amálgama de interesses que emergem de preocupações de ordem ambiental, econômica e social”.

Western (1999) afirma que já não são mais os tempos nos quais o diretor geral do Parque Nacional de Yosemite apresentava satisfação ao enumerar o número anual de visitantes, já que o autor acorda que nos últimos anos os riscos de fluxos elevados de visitantes às áreas naturais tem sido uma grande preocupação de forma que os conservacionistas têm trabalhado no sentido de aliar o turismo à preservação da natureza.

Dessa forma o autor discorre que o turismo é hoje uma das maiores atividades econômicas do mundo, podendo converter-se em uma forma de pagar pela preservação da natureza e de valorizar as áreas que ainda permanecem naturais. Sendo assim, o autor atenta para um questionamento: “de que forma os dólares dos turistas podem ser revertidos para a conservação com a finalidade de torná-la auto-sustentável ou como o valor não monetário que as pessoas atribuem a cada região natural pode ser quantificado?”. Tornando-se este questionamento em uma questão central para o surgimento de um novo ramo da economia verde, o desenvolvimento sustentável.

Ceballos-Lascuráin (1999) afirma que o ecoturismo enquanto uma atividade multidisciplinar necessita de um planejamento cuidadoso tanto físico quanto gerencial, com diretrizes e regulamentos rígidos que garantam um funcionamento estável envolvendo, governos, empresas privadas, as comunidades locais e as organizações não governamentais, o autor ainda enfatiza que o ecoturismo não deveria ser restrito às áreas protegidas legalmente, pois promover também o ecoturismo em áreas naturais que não têm uma proteção ou uma definição legal específica pode dar um estímulo para as comunidades locais para conservar seus recursos por iniciativa própria sem que essas comunidades tenham que fazer isto devido a pressões externas.

2.7 Etnoturismo e comunidades tradicionais.

A antiga Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) em 1994 definem etnoturismo como: “um segmento turístico que é formado por atividades turísticas que buscam fazer com que os turistas vivenciem experiências autênticas em contatos diretos com os modos de vida e da identidade de grupos étnicos”.

Albuquerque e Peixoto (2007) afirmam que nos anos setenta o turismo étnico começou a ser desenvolvido por certas populações indígenas de forma que começaram a transformar o espaço em que habitavam em atrativos turísticos que com base na comercialização de suas tradições, os próprios habitantes dessas aldeias passaram a utilizar sua própria cultura como atrativo, entretanto, ao mesmo tempo exigiam um comprometimento do grupo em manter suas tradições e costumes, não apenas para o turismo, mas para as futuras gerações.

Com base em Grunnewald, Albuquerque e Peixoto (2007) discorrem que o turismo étnico não é uma nova forma de turismo relatando que essa modalidade de turismo desenvolveu-se primeiramente no México durante os anos sessenta em uma aldeia, permitindo utilizar o turismo como uma forma de resgate cultural dos povos indígenas, além de tornar-se uma alternativa de desenvolvimento local, diminuindo assim o êxodo dessas comunidades para grandes centros urbanos em busca de novos modos de sobrevivência que muitas vezes se configuram na marginalidade desses povos através de subempregos.

Entretanto, Silva (2001) afirma que uma das maiores preocupações dos pesquisadores da área de turismo até pouco tempo atrás concentrava-se no turista, mas nos últimos dez anos essa preocupação tem mudado seu foco para os ambientes e as comunidades onde existe a ameaça de impactos socioculturais ocorridos em locais frágeis tanto no que diz respeito ao meio ambiente natural como no que diz respeito à interferência do turismo em comunidades locais sem o devido preparo para lidar com os impactos e benefícios da atividade.

Considerando grupos indígenas em seu aspecto cultural como parte de uma cultura tradicional, Diegues (1992) discorre que culturas tradicionais de certa forma podem estar relacionadas a todos os tipos de culturas, pois para o autor, essa “cultura

tradicional”, revela-se em padrões de comportamento transpassados socialmente, através de modelos mentais adotados para perceber, relatar e interpretar o mundo com o compartilhamento de significados e simbologias além de possuírem e desenvolverem seu próprio modelo de produção mercantil.

Comunidades tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis. Uma característica importante desse modo de reprodução mercantil é o conhecimento que os produtores têm dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares, etc. Esse “*know how*” tradicional, passando de geração em geração, é um instrumento importante para a conservação. Como as populações em geral não têm outra fonte de renda, o uso sustentado dos recursos naturais é de fundamental importância. Seus padrões de consumo, a baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem com que a sua interferência no meio ambiente seja pequena. Outras características importantes de muitas sociedades tradicionais são: a combinação de várias atividades econômicas (dentro de um complexo calendário), a reutilização dos dejetos e o relativamente baixo nível de poluição. A conservação dos recursos naturais é parte integrante de sua cultura, uma idéia expressa no Brasil pela palavra “respeito” que se explica não somente à natureza como também a outros membros da comunidade (DIEGUES, 1992 apud DIEGUES 1996).

Para Mendonça (1999) uma população pode participar da economia do turismo, podendo estar em contato com visitantes e ao mesmo tempo melhorar sua qualidade de vida sem necessariamente enfraquecer sua cultura de forma que tal população participe ativamente do processo de desenvolvimento turístico, e estando primeiramente de acordo com o desenvolvimento da atividade turística, pois para a autora, de uma forma geral tem se confundido a “absorção” de algumas tecnologias pelas comunidades tradicionais com descaracterização cultural.

A mesma salienta que o acesso a outros meios globais de conhecimento como a televisão não necessariamente significa que essas populações podem perder suas referências culturais. O que pode ocorrer é o fato dessas populações estarem fazendo uma leitura do que veem e ao mesmo tempo continuarem pensando, crendo e agindo segundo seus ancestrais.

Silva (2009) ao discutir a “Teoria da cultura de Darcy Ribeiro e a filosofia intercultural” explica os comportamentos culturais relacionados aos fatos históricos. Nessa perspectiva Silva (2009) discorre que a história das sociedades humanas pode ser explicada como uma sequência de revoluções tecnológicas e de processos civilizatórios,

nos quais os homens, em sua maioria, atravessam formas de organização social e de explicações de suas experiências.

Dessa forma, compreende-se através desse estudo sobre cultura com base nas obras de Darcy Ribeiro que mesmo que os grupos sociais se distingam em seus modos de serem, diversificando seus conteúdos culturais, todos se desenvolvem de uma maneira parecida em relação ao caráter cumulativo do progresso tecnológico, utilizado para atuar sobre a natureza com o objetivo de produzir bens e manter uma organização interna entre seus membros e com outras sociedades. Nesse contexto, infere-se que o processo civilizatório se forma entre os esforços de controle da natureza, do ordenamento das relações humanas e da cultura, que Ribeiro (1998) a compreende como:

Sendo o patrimônio simbólico dos modos padronizados de pensar e de saber que se manifestam, materialmente, nos artefatos de bens, expressamente através da conduta social e ideologicamente, pela comunicação simbólica e pela formulação da experiência social em corpos de saber, de crenças e de valores.

O autor considera que os três imperativos (o social, o tecnológico e o ideológico) e suas conexões fazem parte de uma classificação de etapas evolutivas de bases tecnológicas que devem corresponder a classificações complementares fundadas nos padrões de organização social e nos modelos de configuração ideológicas. Dessa forma Ribeiro (1998) infere que a cultura é um processo dinâmico, e que mesmo estando em processo constante de mudança, é capaz de guardar em cada grupo a sua identidade passada de um membro da comunidade para o outro através da hereditariedade.

Silva (2009) considera que todas as culturas estão ligadas entre si, proporcionando que fatores de “persistência” e de “alteração” sobre o conteúdo atuem sobre essas culturas. “Esses agentes se equilibram como respostas aos requisitos de sobrevivência e da reprodução de seu modo de vida através das gerações” (SILVA, 2009). Sendo assim, nenhuma cultura poderia ser definida como “pura”, pois de acordo com autora em um mundo globalizado que é caracterizado por encontros culturais cada vez mais frequentes e intensos, uma relativa mudança cultural se torna inevitável.

Silva (2009) acorda com Ribeiro (1998) ao relatar que dentro da dinâmica social se configura a identidade de cada grupo étnico, apropriando-se das descobertas dos grupos alheios, podendo transformar o próprio modo de ser. Todavia, mesmo participando de uma diversidade cultural em relações normais, a identidade de cada grupo é preservada, já que as alterações acontecem por novas adaptações podendo

aprimorar apenas o modo de ação de cada grupo, sendo então consideradas mudanças adaptadas com autonomia dentro de pautas de sua própria cultura com a finalidade de servir ao próprio grupo.

Sob esta ótica deve-se levar em consideração que Darcy Ribeiro em seus fundamentos considerando o processo civilizatório como parte da evolução de dominações de técnicas e de sistemas acorda que com a multiplicação das tecnologias, o patrimônio cultural cresce constantemente a ponto de se criar e de se aperfeiçoar diversos bens de consumo de fácil acesso de popularização, de forma que as novas técnicas para a produção de tais bens tornam-se compartilháveis entre todos os povos.

O aspecto abordado acima acaba proporcionando aos propulsores desses recursos a preservação de sua identidade étnica e a sua imposição sobre as outras culturas, de forma que estes aspectos fazem parte de uma interferência de um processo natural de transformação da humanidade influenciando no processo de divisão de classes sociais e na consequente imposição de valores de uma determinada cultura sobre a outra.

A dominação de um povo se pauta, fundamentalmente, em negar-lhe o direito de contemplar o mundo, não só o mundo natural, mas o seu mundo pessoal interferindo em sua transformação, em negar a expressão sua palavra; em não ser ouvido em suas denúncias e questionamentos. Em síntese, de construir a própria humanização. O processo de dominação se embasa nos transplante de valores de culturas dominantes e no esforço de adaptar os dominados a uma realidade que sirva a quem está no poder (SILVA, 2009).

Pode-se dizer então que diante do que se pode chamar de processo de choques culturais da comunidade indígena potiguara, e de tantas outras comunidades indígenas do Brasil, essas questões de dominantes e dominados prevaleceram até os dias atuais, no qual observa-se ainda os conflitos pela tomada de terras, pela dominação do poder, a introdução de novas crenças baseada na religiosidade como: o catolicismo e o protestantismo, principalmente o catolicismo que prevalece desde a época colonial, a introdução de novas técnicas de trabalho, a introdução de um modelo econômico praticamente universal, assim como a busca de novas perspectivas de crescimento baseadas em novas atividades econômicas a exemplo da introdução do turismo nessas comunidades.

Contudo, Silva (2009) afirma que cada ser humano é essencialmente um ser cultural, detentor da tradição que o humanizou, de forma que sua cultura poderá ser mantida sem desaparecer completamente se ele tiver a possibilidade de transmiti-la socialmente aos seus descendentes.

Sahlins (1997) ao questionar o fato da cultura não ser um “objeto em vias de extinção”, cita exemplos das tribos da África do Sul e de comunidades localizadas nas ilhas do pacífico vítimas das imposições do imperialismo, onde sua cultura mais original acaba sendo agregada a outra cultura, mas nem por este motivo deixa de existir, sendo conseqüentemente recriada, reinventada, porém com os laços da cultura anteriormente existente. O autor infere que com o processo de globalização, a cultura assumiu configurações variadas que escapam ao nosso entendimento, que foi influenciado pela ideia positivista de se estudar uma cultura totalmente pura, sem nenhuma outra interferência cultural.

Para Sahlins (1997) a antropologia poderia aproveitar a oportunidade para se renovar a fim de descobrir novos padrões de cultura humana, ele ainda defende que “na história dos últimos três ou quatro séculos, em que se formaram outros modos de vida humanos, toda uma outra diversidade cultural abre-nos uma perspectiva quase equivalente à descoberta de vida em outro planeta”. Dessa forma, o autor considera que as reinvenções culturais produzidas através do processo de globalização seja ele imposto de forma dominante ou não, não necessariamente provocaram uma extinção das culturas existentes, mas criaram possibilidades para uma recriação cultural a partir do que já existia.

Marconi & Presotto (2010) afirmam que o conceito de cultura é muito subjetivo apresentando amplo significado, e podendo variar no tempo e no espaço, pois engloba modos comuns e aprendizados de vida, transmitidos pelos indivíduos e grupos, em sociedade, de forma que os antropólogos não chegaram a um consenso exato, alguns a definem como comportamento aprendido, outros, como abstração do comportamento, e ainda para um outro grupo a cultura consiste em ideias. Há o conceito de cultura apenas como objetos imateriais, enquanto outros se referem aos objetos materiais, além dos estudiosos que englobam a cultura no campo dos objetos matérias e imateriais.

Malinowisk (1975), teórico funcionalista conceitua cultura como “um todo global consistente de implementos e bens de consumo, de cartas constitucionais para vários agrupamentos sociais de ideias e ofícios humanos, de crenças e costumes”.

Cunha (1986) ao discorrer sobre o conceito de etnicidades ligada as questões culturais infere que “a cultura não é algo dado, posto, algo dilapidável também, mas algo constantemente reinventado, recomposto, investido de novos significados”. Dessa forma, a autora acorda que a construção da identidade étnica retira da tradição, elementos culturais, esses elementos culturais por sua vez são os elementos, simbologias, costumes

mantidos por um determinado grupo desde os primórdios de sua existência e que vão sendo passados para outras gerações, mesmo que o grupo passe a ter modos de vida diferentes dos antepassados.

Um exemplo do significado da palavra “grupo étnico” citado por Cunha (1986) é a resistência indígena com a interferência sofrida através da imposição de outras culturas desde a época da colonização, entretanto a resistência teve seu significado através de traços culturais que preservaram a identidade do grupo, que a autora diz ser um processo “recorrente” na afirmação étnica, este aspecto se configura na afirmação de símbolos que propiciam diante das perdas culturais uma continuidade e singularidade do grupo como o fato citado por Cunha (1986) de quase todas as comunidades indígenas do Nordeste preservar o ritual do ouricuri ou toré (ver apêndice A), os quais ninguém a não ser os índios têm acesso ao mesmo tempo em que abandonaram outras tradições. Dessa forma pode ficar claro que os traços culturais poderão variar no tempo e no espaço sem que isso afete a identidade do grupo.

Nesse contexto Vieira (2003), um antropólogo estudioso do povo indígena potiguara do litoral norte do estado da Paraíba ao discutir o turismo como marketing e sua leitura nativa pelos índios potiguaras do município de Baía da Traição – PB, que se localiza nas proximidades do município de Marcação, onde se situa a aldeia de Tramataia, discorre que o marketing do turismo proporcionado pelo governo do Estado da Paraíba desde na década de 1980 lançou um programa de desenvolvimento destinado as regiões litorâneas que possuem um alto potencial para a prática do turismo, sendo este pensado como investimento econômico capaz de melhorar a economia dos municípios litorâneos e do Estado, no qual o município de Baía da Traição foi inserido, (ver apêndice B) como exemplo atual do marketing turístico na localidade.

O autor considera como positivo o fato dos índios da localidade terem aproveitado a circunstância de uma forma empreendedora, mesmo que a atividade tenha crescido até os dias atuais sem o devido planejamento. Sem olhar pelo lado do planejamento e considerando que os índios da localidade utilizaram este marketing como forma de articular a presença ou a sobrevivência de um grupo indígena em reserva, Vieira (2003) considera este como sendo um aspecto positivo, pois para ele,

“Conceber os Potyguara como empreendedores do turismo remete para o próprio modo como eles estão se inserindo no contato inter-étnico, qual seja, de fazer uma leitura simbólica do "outro" e do contato, configurando distanciamentos significativos. Esta pressuposição pode ser verificada em primeiro lugar, pelo interesse em produzir artesanato para venda, em segundo

pela comemoração do dia do índio em 19 de abril e pela realização da festa de S. Miguel“ (VIEIRA, 2003).

O autor remete a articulação utilizada pelos índios através do marketing à presença ou à sobrevivência de um grupo indígena em reserva, que encontrou a capacidade de inovar o turismo em um contexto situacional ou empírico, para ele é possível que inovação ao ser produzida pelo índio configure um diálogo com a tradição, a partir do momento em que esse envolvimento com turismo está relacionado ao próprio modo como o índio está se inserindo no contato interétnico, fazendo uma leitura simbólica do outro, de forma que este aspecto pode ser verificado pelo interesse em produzir o artesanato para venda, pela comemoração do dia do índio e pela realização da festa de São Miguel, estas, porém acontecem independente do fator “turismo”, pois foi presenciada *in locu* no dia referente à comemoração do dia do índio em uma das aldeias.

Deve-se levar enfatizar que sobre este aspecto, o autor não levou em consideração o fator planejamento, o que se está considerando neste caso a título de exemplificação são as questões culturais de um grupo étnico que passou por um longo processo de aculturação, mas que continua se reconfigurando, através de processos globalizados. Em se tratando de planejamento deve-se destacar que é visível a falta de planejamento voltado para a atividade turística na localidade, está se configura como uma falha visivelmente praticada no litoral nordestino, aonde a promoção do marketing chega antes do planejamento, de forma que as pessoas e comunidades se tornam diretamente ligadas ao turismo de uma maneira empírica.

Destarte, Grunnewald (2003) faz uma discussão e análise da situação de desenvolvimento ligado a algumas comunidades indígenas do Nordeste ao tratar de estudos acerca do etnodesenvolvimento dessas comunidades. Para tanto, entre outras comunidades indígenas o autor cita o povo potiguara fazendo uma abordagem da problemática existente entre esse povo, além de citar oportunidades voltadas para o etnodesenvolvimento dessas aldeias.

Para Grunnewald (2003) vários problemas se destacam entre os potiguaras como: preconceito, poluição, saúde, educação, o crescimento desordenado da Baía da Traição, falta de apoio dos órgãos, falta de demarcação total das terras, áreas ocupadas por casas de veraneio, usinas de cana-de-açúcar além de outros posseiros na área, economia de subsistência e assalariamento precário, com oportunidades de desenvolvimento, porém ainda com problemas ambientais incluindo a poluição por

usinas e o desmatamento. Mesmo diante dessa problemática, o autor afirma que o povo potiguara tem potencial para trabalhar com a pesca marítima ou no mangue, agricultura, pomares, artesanato e o turismo.

Ao fazer referência aos Pataxós na Bahia, Grunnewald (2003) compara a problemática de aldeias como Barra Velha, Coroa vermelha, Monte Pascal e Aldeia da Jaqueira, com relação ao desenvolvimento do turismo nessas aldeias com exceção da aldeia da Jaqueira, o autor observa um desenvolvimento sem nenhum planejamento onde mais uma vez o marketing aparece antes do planejamento, antes das disposições de políticas públicas. Para o autor o turismo é uma forte frente de expansão colonial na região, entretanto o desenvolvimento sustentável em algumas aldeias Pataxó deve tentar tirar o melhor proveito desse aspecto.

A Aldeia Pataxó da Jaqueira pode configurar-se como um exemplo de etnodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável étnico, os quais Grunewald considera como sendo conceitos diferentes. Para o autor etnodesenvolvimento consiste em um desenvolvimento econômico autossustentável no âmbito das próprias comunidades, seria um tipo de desenvolvimento que mantém o diferencial sociocultural de uma sociedade, envolvendo sua etnicidade, neste aspecto o desenvolvimento teria pouco ou nada haver com os indicadores de progresso no sentido em que o termo é utilizado, na qual a própria sociedade (comunidade local) tem o controle de suas terras, seus recursos e sua organização social, de modo que o conceito de desenvolvimento étnico sustentável está incluído dentro do conceito de etnodesenvolvimento.

Cabe aqui exemplificar o caso do empenho no planejamento turístico voltado para o ecoturismo na aldeia Pataxó da Jaqueira que de acordo com Grunnewald (2003) teve seu início no ano de 1999 através do programa de ecoturismo com o apoio da organização não governamental (ONG) Flora Brasil e de uma técnica da Secretaria do Meio Ambiente de Porto Seguro (BA) que conseguiram verbas do (PROECOTUR), Programa Turismo Verde do Ministério do Meio Ambiente, além disso, a aldeia contava com um grupo de moças que trabalhavam com o resgate da cultura indígena tanto na aldeia da Jaqueira quanto nas outras aldeias Pataxós.

De acordo com o autor, dessa forma o turismo foi se desenvolvendo na aldeia em pequena escala, entretanto de forma exemplar de acordo com as perspectivas ambientalistas de sustentabilidade e de fortalecimento da identidade étnica através do resgate da cultura, para tanto, o autor informa que o projeto de turismo na Jaqueira ainda

não está completo, já que se pretende integrá-lo à Coroa Vermelha urbana, além de aumentar sua área local também para a hospedagem de turistas.

Ao abordar o tema em “turismo em áreas indígenas”, Coutinho e Martins (2007) consideram que o turismo desenvolvido em terras indígenas pode tornar-se uma alternativa econômica viável, apresentando a possibilidade de gerar benefícios diretos e indiretos para a comunidade local envolvida, além de concordar que o turismo pode ser uma ferramenta de valorização cultural, já que o principal atrativo é a diversidade cultural. Entretanto, Coutinho e Martins (2007) apontam para importância de se definir diretrizes e estratégias a fim de se discutir que tipo de turismo se pretende praticar em uma determinada comunidade indígena.

Grunnewald (2003) aponta aspectos relacionados a tal abordagem quando se baseia em outro autor para exemplificar um ponto de vista negativo ao etnoturismo.

[...] turismo étnico é especialmente vulnerável a uma forma de desordem social, Grupos étnicos turistificados são frequentemente enfraquecidos por uma história de exploração [...], limitados em recursos e poder, e eles não têm grandes prédios, máquinas, monumentos ou maravilhas naturais para desviar a atenção dos turistas para longe dos detalhes íntimos de suas vidas diárias (MacCannell, 1992, p.175-176).

Com base no exposto acima, observa-se que o autor quer dizer que se o foco do turismo cultural, é a própria cultura, dessa forma há o risco de haver um certo descontrole, no meio social da comunidade local, sendo assim, para ele, deveria haver mais tipos de atrativos, que possibilitasse uma variedade de opções, para que o atrativo cultural não fosse desgastado, já que toda essa infraestrutura mencionada pelo autor dificilmente estaria disponível para o turista em um tipo de turismo de base comunitária.

Pawar (2003) faz uma abordagem sobre a importância que as comunidades tradicionais podem representar para a sociedade pós-moderna. O autor atenta para o reconhecimento do poder das comunidades tradicionais, enquanto formadora de uma coletividade e de valores preservados ao longo do tempo, de geração para geração.

Sendo assim, Grunnewald (2003) se mostra favorável ao etnoturismo quando faz a seguinte afirmativa:

[...] as arenas turísticas podem ser muito bem aproveitadas para o posicionamento (discursivo) das comunidades étnicas no mundo globalizado. Essas comunidades acabam muitas vezes por fazer dessas arenas os pontos de onde conseguem falar de si ao mundo, um mundo pós-moderno que necessita cada vez mais do *primitivo* como contraponto estratégico.

No documento intitulado de “Diretrizes para a Formulação Cultural Referente aos Povos Indígenas” que foi instituído pelo Ministério da Cultura, através da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural (SID), em 18 de abril de 2005, criando assim um grupo de trabalho (port. MINC nº 062, e publicada no DOU em 19 de abril de 2005), teve como objetivo, indicar políticas públicas para as culturas indígenas com integrantes de várias organizações indígenas e instituições.

Cabe aqui ressaltar que nesta perspectiva foram criados quatro eixos temáticos para formular tais políticas, através de grupos de trabalhos dos quais o eixo (um), que se refere ao (fortalecimento das manifestações culturais indígena), apresenta como um de seus objetivos em seu 3º sub-tópico “Participação do Ministério da Cultura e dos povos indígenas na formulação de políticas públicas de etnoturismo em áreas indígenas, que respeitem as formas de expressão e valores próprios dessas coletividades”.

Contudo, nota-se o apoio ao desenvolvimento da atividade turística em comunidades indígenas por parte de políticas voltadas para esta temática, com a diferença de que neste caso, o desenvolvimento desta atividade em tais comunidades devem partir da vontade empreendedora dessas comunidades e que, além disso, a atividade seja bem planejada e discutida a fim de tornar essas comunidades nos atores principais desse desenvolvimento com base na perspectiva de um desenvolvimento turístico local.

Esse tipo de incentivo ao desenvolvimento do turismo em comunidades tradicionais vem de encontro ao tipo de turismo sem responsabilidade socioambiental que tem sido desenvolvido em certos ambientes naturais mais distanciados do meio urbano, e que abarca modos de vidas mais tradicionais.

Lage e Milone (2000) acordam que são visíveis os custos sociais e culturais do turismo sem responsabilidade, principalmente quando o reconhecimento e a promoção de muitas culturas acontecem geralmente sem nenhum estudo definitivo dos recursos existentes de forma que grande parte das populações locais onde o turismo se desenvolve não protesta com as invasões ocorridas em seus espaços diante da existência de promessas voltadas para o fator econômico que para essas populações, pode significar uma melhoria de qualidade de vida.

Ainda com base no exposto nota-se que poucas são as comunidades que protestam contra a implantação de alguns programas turísticos em suas regiões, que por falta de planejamento e de inclusão de uma política de desenvolvimento local, tais aspectos podem trazer problemas como o aumento da pobreza, resultando assim em uma

situação de dependência econômica com relação ao turismo, sem necessariamente resultar em melhoria da qualidade de vida.

Entretanto, Diegues (2003) afirma que perceptivelmente já existem experiências concretas no Brasil e em outras partes do mundo de que as comunidades tradicionais estão deixando de ser receptoras passivas de turistas, e têm passado a exigir que sejam preservados os seus direitos sobre a terra, sobre o mar e sobre sua cultura, sobre a forma de falar, de se expressar.

Ainda de acordo com o autor, já existem movimentos importantes que reconhecem a importância dessas comunidades tradicionais locais, não necessariamente voltados só para o turismo, mas pelo conhecimento tradicional em si, dessa forma Diegues (2003) relata que a convenção da biodiversidade considera que os governos devem respeitar esses conhecimentos tradicionais, de forma que esses conhecimentos possam ser a base para uma melhor forma de manejo da natureza.

Nos anais do 1º Seminário Internacional de Turismo (2003) Diegues discute sobre a importância da preparação das comunidades tradicionais para o desenvolvimento do turismo local, de forma que se essas comunidades foram capazes de resistir a processos mais violentos com relação à interferência cultural, elas são capazes de aproveitar o turismo, como forma de valorização da cultura local e como uma forma de economia complementar.

O turismo é uma prática social universal, e vamos ter que conviver com ele, e estimulá-lo em vários aspectos. E temos que pensar nas comunidades tradicionais, como forma de vida, e que muitos resistiram, até hoje, até a processos muito mais violentos que o próprio turismo, como a expropriação de suas terras, por grileiros e por grupos imobiliários, e depois pela própria conservação, através de unidade de conservação. É fundamental que essas comunidades locais se organizem e se tornem donas, no sentido de apropriação, do processo turístico. Isso se refere a várias experiências brasileiras (DIEGUES, *in*: Turismo e Desenvolvimento Social Sustentável – Anais do 1º Seminário Internacional de Turismo, 2003).

Nesse contexto, cabe ressaltar que Acselrad (2004) afirma que as lutas por recursos ambientais são ao mesmo tempo configuradas em lutas por sentidos culturais, já que o meio ambiente é uma construção mutável no tempo e no espaço, um recurso argumentativo no qual atores sociais buscam discursivamente através de estratégias de localização conceitual nas condições específicas da luta social por “mudança ambiental”, pela afirmação de certos projetos em contextos de desigualdades sociopolíticas.

No que tange aos conflitos internos pela busca dos direitos a terras expropriadas dos nativos para o desenvolvimento de atividades econômicas incluindo o turismo, sem a inclusão e reconhecimento da população tradicional nesse “desenvolvimento”, em sentido amplo, envolvendo o respeito aos modos de vida das populações tradicionais, Acselrad (2004) fala da “guerra ecológica” referida à trágicas disputas por recursos naturais estratégicos, afetando uma combinação estável de recursos que asseguram a sobrevivência de índios e camponeses, podendo ameaçar as condições de recuperação social e física das “populações tradicionais”, principalmente quando expropriadam seus saberes e conhecimentos tornando inviável a reprodução cultural e causando desestruturamento na identidade étnica.

3 Caracterização da área de Estudo

Este capítulo aborda os aspectos geográficos, ecológicos e socioeconômicos da área de estudo com base em fontes secundárias.

3.1 A aldeia potiguara de Tramataia (Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape)

A aldeia Potiguara de Tramataia situa-se na APA da Barra do Rio Mamanguape, na parte do município de Marcação, estima-se que possui uma população total de aproximadamente 900 habitantes, segundo os dados demográficos da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) referentes ao ano de 2010.

De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a APA situa-se na mesorregião da zona da mata, litoral norte do estado da Paraíba, com uma distância de 70 km da cidade de João Pessoa, e limita-se ao norte com o município de Marcação onde se localiza a Aldeia, ao sul com o município de Lucena, a oeste com o município de Rio Tinto, e a leste com o Oceano Atlântico.

Fig. 1: Estuário da barra do Rio Mamanguape



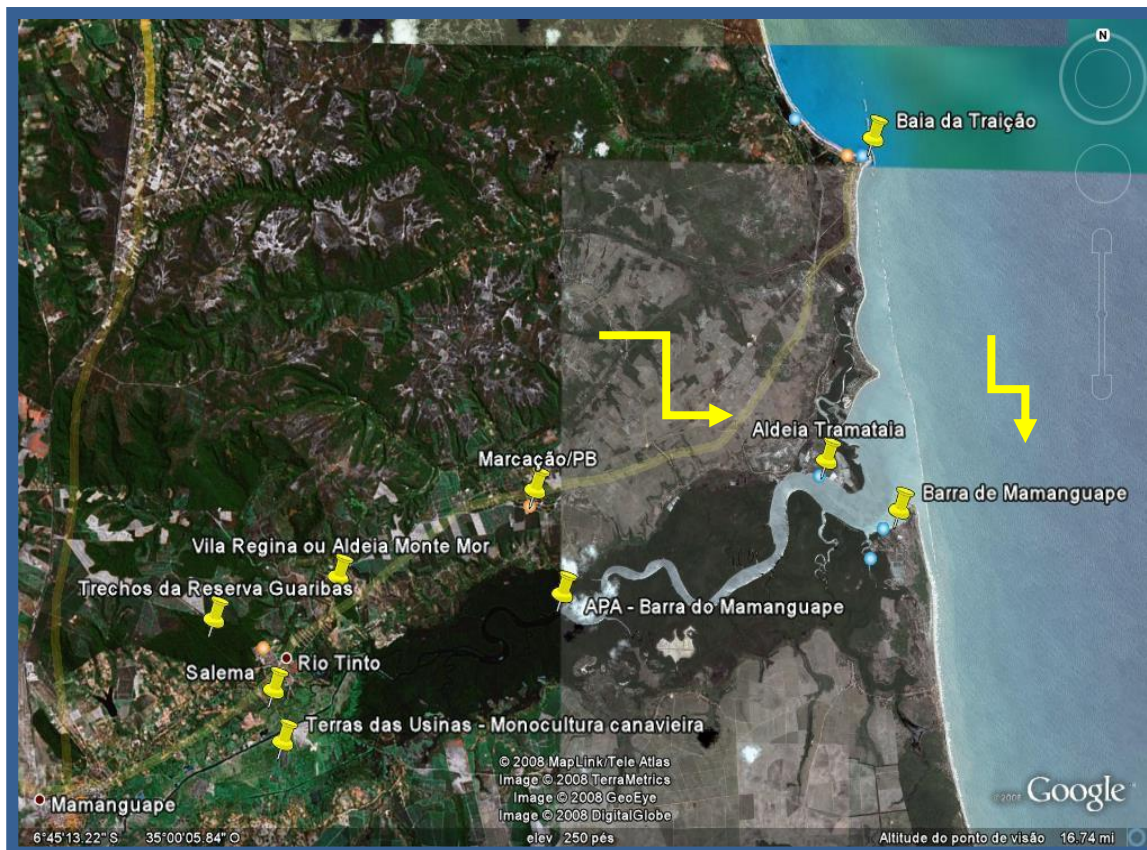
Fonte: Izolda Kelly P. Barbosa, (2011)

Fig. 2: Cativeiro do Peixe-boi



Fonte: Izolda Kelly P. Barbosa, (2011)

Fig. 3: Imagem de satélite com ênfase para a Aldeia Potiguar de Tramataia e a Barra do Rio Mamanguape



Fonte: Mariano, Belarmino e Mariano, Costa (2009) adaptado de Google Earth, (2008).

Um aspecto importante é que a aldeia possuía uma associação fundada em 1999, a (AIAT), Associação Indígena da Aldeia de Tramataia, que atuava com o objetivo de defender os interesses da aldeia, estando aberta a projetos que fossem do interesse da população local, infelizmente, atualmente a associação está desativada.

Segundo Marinho (2000), atualmente a APA abrange também parte do município de Marcação, já que em 29 de abril de 1994, parte do município de Rio Tinto foi desmembrada através da lei nº 5.913, surgindo então, o município de Marcação, que ao ser criado, recebeu uma pequena parte da superfície antes pertencente ao município de Baía da Traição, através da Lei Estadual nº 6.423 de 27 de dezembro de 1996, portanto o município de Marcação também faz parte de Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape.

Por sua vez a Área de Proteção Ambiental (APA) da Barra do Rio Mamanguape foi criada através do Decreto 924 de 19 de setembro de 1993, e em seu artigo 1º define que fica criada a Área de Proteção Ambiental (APA) da Barra do Rio Mamanguape, localizada nos municípios de Rio Tinto e Lucena, no Estado da Paraíba,

envolvendo águas marítimas e a porção territorial descrita no artigo 2º deste mesmo decreto, tendo ainda os objetivos que se seguem abaixo:

- I-garantir a conservação do habitat do Peixe-Boi Marinho (*Trichechus manatus*);
- II -garantir a conservação de expressivos remanescentes de manguezal, mata atlântica e dos recursos hídricos ali existentes;
- III - proteger o Peixe-Boi Marinho (*Trichechus Manatus*) e outras espécies, ameaçadas de extinção no âmbito regional;
- IV-melhorar a qualidade de vida das populações residentes, mediante orientação e disciplina das atividades econômicas locais;
- V -fomentar o turismo ecológico e a educação ambiental.

Como se pode observar o inciso V do referido decreto permite o fomento do turismo ecológico, assim como em seu inciso IV, existe o objetivo voltado para a melhoria da qualidade de vida da população local.

Marinho (2000) afirma que a localidade, tem passado por um longo processo de degradação ambiental, advindo desde a época da colonização, remetente à época da exploração do pau-brasil, e posteriormente com a exploração da cana-de-açúcar, o que proporcionou um crescimento desordenado na localidade. O autor ainda cita como forma de impactos ambientais, a especulação imobiliária, motivada pelo interesse turístico através das chamadas segundas residências na área, que segundo o mesmo já começa a avançar no sentido norte atingindo a APA da Barra do Rio Mamanguape.

Uma característica normativa é que a aldeia de Tramataia caracteriza-se pelo fato de ser uma terra indígena e protegida por lei, sendo assim, os índios não podem se desfazer de suas terras para terceiros, ou terceiros não podem negociar as terras para fazer segundas residências como acontece no caso de Barra de Mamanguape, também pertencente à APA.

Posteriormente observar-se-á que por conta do desenvolvimento do projeto Peixe-Boi e da criação da APA, surge então uma nova proposta de desenvolvimento do turismo voltado para a valorização do meio ambiente natural e das comunidades locais ali existentes.

Com relação ao aspecto discutido acima, no que diz respeito aos riscos de especulação imobiliária na aldeia potiguara de Tramataia que poderia ser ocasionada pelo desenvolvimento do turismo no local assim como ocorre do lado da APA onde se localiza a Barra de Mamanguape, cabe ressaltar que de acordo com a Lei nº 001 de 19 de dezembro de 1973, referente ao Estatuto do Índio, no que diz respeito às terras dos índios das “disposições gerais”, capítulo I , artigo 18º “as terras indígenas não poderão ser

objeto de arrendamento ou de qualquer ato jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena ou pelos silvícolas”.

No capítulo II no que se refere às “Terras ocupadas”, em seu parágrafo único, *“as terras ocupadas pelos índios, nos termos do artigo 22º, são bens inalienáveis da União”* (4º, IV, e 1998º da Constituição Federal).

Portanto, fica claro que de acordo com a legislação especial referente aos direitos indígenas, os índios potiguaras têm o direito sob suas terras, sendo assim cabe fazer uma pequena observação, no que diz respeito às aldeias encontradas no litoral norte da Paraíba, mais precisamente na aldeia de Tramataia, cabe ressaltar que nas áreas de aldeamento, a posse das terras fica sob o controle dos índios e de seus familiares que vivem no local.

Com relação ao turismo desenvolvido na área de estudo, se comparado com outras localidades do estado, ou outras localidades onde este mesmo tipo de turismo ocorre principalmente o etnoturismo e o ecoturismo, por exemplo, na região norte e na região nordeste como é o caso dos Pataxós citados neste trabalho, o desenvolvimento dessa atividade ainda pode ser considerado incipiente, passível de um planejamento participativo.

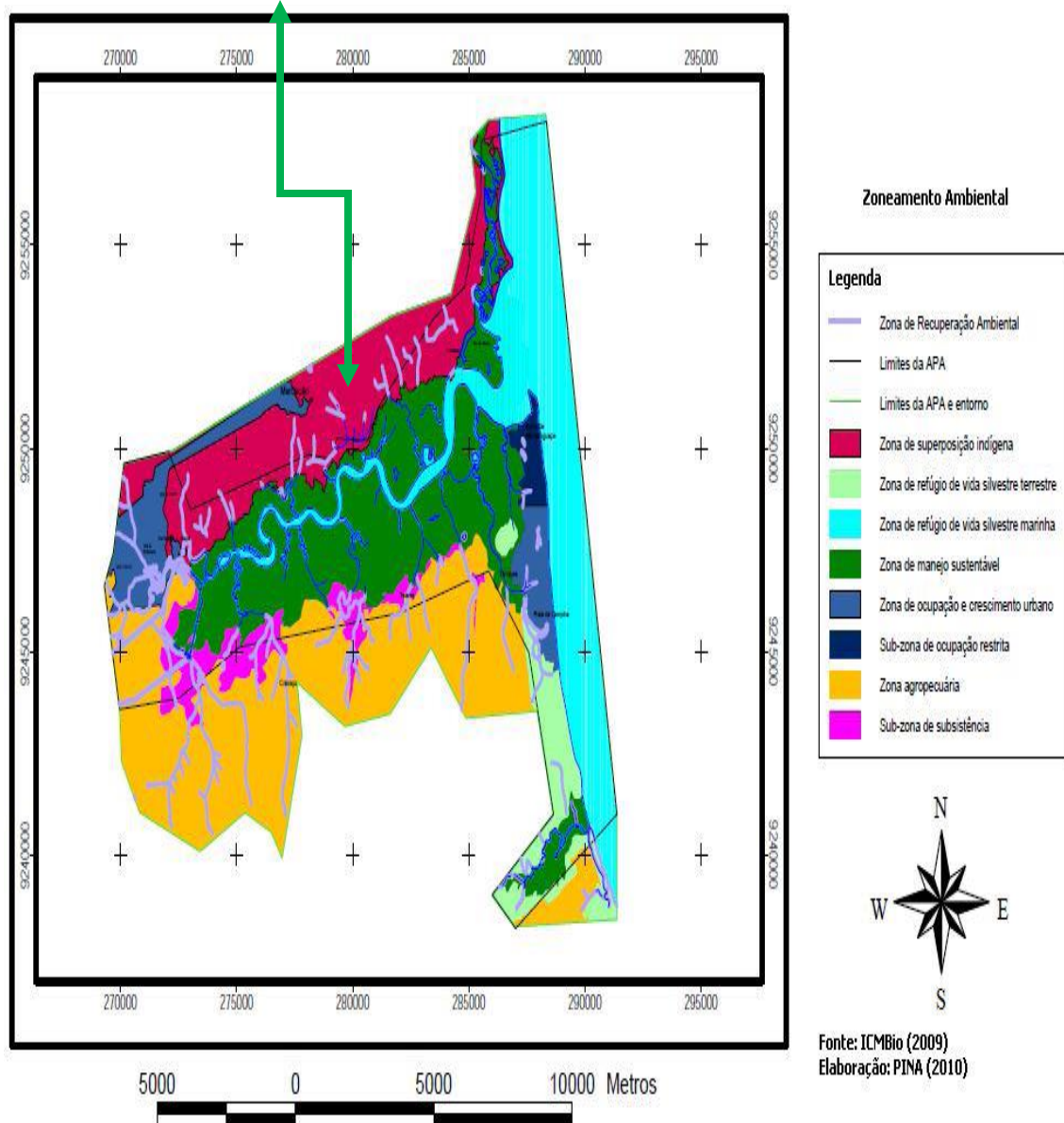
3.1.1 Aspectos ecológicos

Do ponto de vista ecológico, de acordo com o projeto Cooperar da Paraíba (2007), o habitat Potiguar hoje se encontra reduzidíssimo e muito desgastado em consequência das constantes queimadas e derrubadas da Mata Atlântica e da poluição de rios e mangues, reservatórios naturais de diversas espécies de peixes, crustáceos e moluscos, mas ainda assim pode ser considerado como um local em bom estado de conservação se comparado com outras áreas de Mata Atlântica. A área de reserva e seu entorno é considerada de extrema importância para a conservação da biodiversidade. A relevante pressão do homem sobre esses remanescentes de florestas e restinga ameaça a manutenção de espécies raras e em extinção como o macaco guariba e o peixe boi na região que é o principal sítio de ocorrência no Nordeste, como, também, de peixes, aves, anfíbios, répteis e outros mamíferos.

Na área estudada há uma zona de superposição da terra indígena Potiguara, com a APA, de acordo com Oliveira (2003) a aldeia localiza-se no lado Norte da Área de Proteção Ambiental. Ainda de acordo com o autor, as terras são formadas na sua grande

maioria por plantações de cana e culturas de subsistência, já nas áreas marginais do rio existem vários viveiros de camarão empreendidos pelos índios Potiguara.

Fig.4: Zona de superposição indígena.



Fonte secundária: Oliveira (2003)

3.1.2 Aspectos econômicos

De acordo com o projeto Cooperar da Paraíba (2007), do ponto de vista econômico, as principais atividades desenvolvidas nas aldeias incluindo a aldeia de Tramataia são:

- a pesca marítima na Baía da Traição e nas aldeias Camurupim e Tramataia de Marcação e nos mangues em quase todas as aldeias, o extrativismo vegetal (mangaba, jaca, coco e caju);
- a agricultura de subsistência (milho, feijão, mandioca, macaxeira, inhame e frutas);
- a criação de animais em pequena escala (galinhas, patos, cabras, cavalos, burros e bovinos);
- a criação de camarões em viveiros;
- o assalariamento rural, principalmente nas usinas de cana, e urbano;
- o funcionalismo público, com destaque para as prefeituras;
- as aposentadorias dos idosos.

Ainda de acordo com o Projeto Cooperar (2007) a economia da região estava centrada na dinâmica da Companhia de Tecidos da cidade de Rio Tinto, a mesma contratava grande parte dos moradores da localidade, índios e não índios, e este fator criava um mercado consumidor para a produção local agrícola e pesqueira. Após a falência da Companhia, a economia da região ficou baseada na exploração da cana-de-açúcar, na criação de camarões, e no turismo ecológico e cultural, além do artesanato que também foi citado como mais uma fonte alternativa de renda.

3.1.3 Organização política

Em todas as aldeias há organização política interna, de acordo com o Projeto Cooperar, a organização política da etnia potiguara é representada por um cacique geral, junto com caciques locais de cada aldeia, eles são os responsáveis por mediar as relações entre a comunidade e as diversas instituições para buscar soluções para os problemas.

Por conseguinte, a sucessão das terras ocorre por hereditariedade, passando de pai para filho, ou parente próximo, e havendo algum descontentamento na comunidade em relação à liderança, faz-se então o processo de eleição, assessorado pela FUNAI

(Fundação Nacional do Índio), e cada família indígena vota em um chefe ou um membro indicado por ele.

Existe ainda um conselho composto por 26 caciques locais e um cacique geral, com a finalidade de identificar os problemas e encaminhá-los para as gestões junto aos órgãos que tratam de questões indígenas. Há ainda um código de conduta, elaborado pelo conselho com a função de normatizar as relações entre lideranças e comunidades.

Mesmo assim, de acordo com o exposto no Projeto Cooperar, historicamente, as relações entre as populações indígenas, entre esses representantes de órgãos governamentais e não governamentais foram marcados por um clima de tensão, como disputa interna pela liderança, a luta pela reintegração de posse e demarcação de terras e conflitos por delimitação de áreas entre índios e usineiros.

Na pesquisa *in locu*, observaram-se os aspectos abordados quanto à caracterização da área de estudo, na aldeia de Tramataia os moradores possuem renda através da aposentadoria, da pesca, dos viveiros, do funcionalismo público, e quanto aos meios de subsistência há a criação de animais em pequena escala, em uma das casas onde a pesquisadora instalou-se durante a pesquisa há, por exemplo, uma criação de galinhas destinadas ao consumo dos moradores, eles também consomem o marisco, o camarão, ostras e peixes, além de possuírem pequenos terrenos que ficam mais distantes de suas casas, já que as casas situam-se mais próximas dos estuários, nos quais há realmente plantações de milho, feijão mandioca, macaxeira inhame e frutas. Além desses fatos, visitou-se uma criação de abelhas (apicultura) localizada na aldeia de Tramataia, esta por sua vez é desenvolvida apenas por alguns membros da comunidade.

Fig. 5: Apicultura, criação de abelhas de uma das moradoras da Aldeia.



Fonte: Izolda Kelly P. Barbosa, 2011.

Neste sentido se faz necessário que os turistas e visitantes também conheçam as atividades rotineiras da comunidade local, pois são justamente estas atividades que demonstram o real modo de vida da comunidade. Além disso, deve-se salientar como o cotidiano é realizado naturalmente, sem espetacularizações. Outro fator importante é que a maioria das pessoas que vivem em centros urbanos já encontra a matéria prima para a sua sobrevivência de forma fácil, já extraídas da natureza e pronta para o consumo nas prateleiras dos supermercados, dessa forma os turistas podem conhecer como as comunidades tradicionais retiram o alimento direto da natureza para sobrevivência, fazendo com que as pessoas repensem sobre seus modos de vida e sobre a real importância que o meio ambiente representa para a sociedade.

4. Procedimentos metodológicos

Com a finalidade de se alcançar o objetivo proposto neste trabalho, optou-se por seguir o tipo de pesquisa etnográfica de cunho qualitativa com uma análise aleatória probabilística por acessibilidade.

4.1 Métodos e Técnicas

As fontes utilizadas deram-se através de pesquisa em dados bibliográficos, *sites*, artigos científicos, relatórios e documentos técnicos com a finalidade de buscar informações necessárias para a resolução dos objetivos específicos. Posteriormente, utilizaram-se também dados qualitativos.

Tais dados foram obtidos através de pesquisas baseadas em entrevistas semiestruturadas, realizadas com os moradores da comunidade local. Isso possibilitou ter uma ideia de suas opiniões e perspectivas acerca do desenvolvimento do turismo e sua influência no cotidiano da comunidade local, considerando quais aspectos a comunidade levou em consideração, se foi apenas o aspecto econômico, ou se a comunidade também pensa em um modo de gestão sustentável para o desenvolvimento do ecoturismo e do etnoturismo na localidade.

Deve-se considerar que a pesquisa qualitativa surgiu nos países da América Latina aproximadamente nos anos 70 como uma tendência oposta à quantificação dos fenômenos sociais apoiados no positivismo. Para Trivinos (2006), as posições qualitativas baseiam-se basicamente na fenomenologia e no marxismo.

A pesquisa qualitativa como investigação etnográfica na antropologia fez com que os pesquisadores percebessem que a maioria das informações vindas dos povos não poderiam ser quantificadas, de forma que necessitavam ser interpretadas de uma maneira mais ampla do que apenas direcionada aos objetivos.

Cabe aqui então enfatizar que a etnografia, foi um dos métodos adotados para a pesquisa.

A etnografia baseia suas conclusões nas descrições do real cultural que lhe interessa para tirar delas os significados que têm para as pessoas que pertencem a essa realidade, isso obriga os sujeitos e o investigador a uma participação ativa onde se compartilham modos culturais, tipos de refeições formas de lazer” (TRIVINOS, 2006).

Para o autor, o enfoque ecológico-naturalista é um dos pressupostos da pesquisa etnográfica, de forma que ressalta a influência do meio-ambiente sobre os atores sociais. Sendo assim, entende-se que o ambiente, o contexto no qual o indivíduo exerce suas funções e desenvolve seus modos de vida, tem um importante valor para obter das pessoas um entendimento mais claro de suas atividades.

Por outro lado, segue-se outro enfoque de grande importância para tal pesquisa, que é o enfoque fenomenológico-qualitativo *“ressaltando a ideia de que o comportamento humano às vezes tem mais significado do que os fatos pelos quais ele se manifesta”*, (TRIVINOS, 2006). A partir daí, deve-se considerar a importância e a necessidade de se estudar e observar os sujeitos não só em situações isoladas, artificiais, mas na perspectiva de um dado contexto social em cima da ideia de significados latentes do comportamento do homem.

Como parte da pesquisa qualitativa etnográfica, a fenomenológica considera o ambiente como uma constituição de elementos culturais, e a dialética relaciona o meio a uma realidade ampla e complexa, atentando para uma base, uma infraestrutura e superestrutura. Nesse contexto Trivinos (2006) afirma que para o pesquisador e para a pesquisa, é importante quando não se esquece dessa visão ampla e complexa do real-social. Na pesquisa fenomenológica o importante é o conteúdo da percepção enquanto para os fundamentos materialistas e dialéticos a aparência e essência tornam-se os significados da prática social.

Sousa (2008) discorre que o estudo da pesquisa etnográfica é caracterizado por dois conjuntos de hipóteses que abordam o comportamento do homem, um deles é o naturalista-ecológico e o outro é o qualitativo-fenomenológico. No primeiro o homem comporta-se de acordo com o ambiente em que vive, de forma que a sociedade, a comunidade, a família e até elementos materiais simbólicos influenciam no pensamento, atitude e comportamento humano. Enquanto no conjunto da hipótese qualitativo-fenomenológica Sousa (2008) infere que para entender o comportamento humano, devem-se considerar as relações que exercem influência na interpretação, nos pensamentos, nos sentidos e nas ações de cada sociedade estudada.

Dessa forma os dois conjuntos de hipóteses citados dentro da etnografia formam o estudo sobre o comportamento humano para abstrair os significados e símbolos, além de entender como as pessoas interpretam e direcionam as atitudes de cada uma delas ou de um grupo dentro de um contexto social. A etnografia por sua vez, *“surge como caminho para estudar o homem em sua cultura”* (SOUZA, 2008). O estudo

etnográfico propicia o investigador a conhecer melhor o contexto sociocultural dos informantes, através do entendimento de seus valores, comportamentos e visões de mundo.

Compreende-se então, que estudar e pesquisar o contexto histórico de uma determinada comunidade, compreender o seu processo de desenvolvimento, observar a estrutura social em que uma determinada comunidade vive, observar suas formas de economia, comportamentos sociais, aspectos culturais em constante processo de mudança, fazem parte da contextualização de um estudo etnográfico.

Sousa (2008) discorre que a etnografia constitui-se em um dos métodos mais antigos de pesquisa, sendo aplicada nas diversas áreas do conhecimento, entretanto, a diferença está no fato de que em seus primórdios, tal pesquisa possuía tão somente um caráter histórico, baseando-se apenas nas investigações das culturas exóticas através da análise dos instrumentos produzidos por elas, que por sua vez eram coletados pelos viajantes e depois analisados pelos etnógrafos, o que desvalorizava uma relação interpessoal entre o pesquisador e o sujeito pesquisado.

De acordo com autora, entre 1915 e 1920 Bronislaw Malinowski realizou pessoalmente a sua pesquisa, com a ideia de que o pesquisador ao aderir a este método deveria ir ao campo de estudo em busca das informações interessantes para a pesquisa. Dessa forma, segundo a autora Malinoswisk realizou estudos com indígenas com a finalidade de entender suas visões de mundo considerando-os como pessoas que necessitavam de empatia e respeito. A partir de então a etnografia de campo ficou sendo considerada como o princípio e o fim da antropologia social.

Dentro da pesquisa qualitativa, além de outros métodos, há o método observacional, o qual de acordo com Gil (1995) pode ser utilizado em conjunto com outros métodos, de forma que qualquer investigação em ciências sociais deve valer-se em mais de um momento, de procedimentos observacionais. De acordo com o exposto acima, o método observacional fez-se presente em vários momentos da pesquisa em discussão, tendo em vista que na pesquisa *in loco*, pernoitando por vários dias intercalados no local de estudo, foi possível observar os modos de vida como os afazeres, modos de falar, e pequenas diferenças entre os subgrupos dentro de uma coletividade, padrões de comportamento coletivos e familiares, religião e traços culturais mais intrínsecos. Em uma dessas visitas acompanhou-se algumas senhoras com suas filhas na participação de uma missa, o que possibilitou observar os laços e influências de uma tendência religiosa como uma herança da interferência colonial do povo Potiguara.

A entrevista semiestruturada foi a principal fonte de coleta dos dados *in loco*, com a finalidade de se obter informações essenciais dos sujeitos para se chegar a uma conclusão final a cerca do objeto de estudo. *A priori*, foram entrevistadas cerca de 20 pessoas da comunidade local, principalmente pescadores envolvidos com o desenvolvimento da atividade turística, o cacique da aldeia e uma professora de ensino fundamental de uma escola da comunidade local.

A partir de então, aplicou-se questionário com mais um sujeito de extrema ligação com a comunidade local e o projeto peixe-boi, um dos guias locais que trabalha diretamente com o projeto Peixe-boi situado do lado oposto da aldeia de Tramataia, levando em consideração a inclusão da comunidade local nas atividades do projeto Peixe-boi, tendo em vista que de acordo com o sujeito entrevistado em alguns casos pôde-se observar os motivos de pequenos conflitos entre os moradores, mais precisamente pescadores e a gestão do projeto Peixe-boi.

5. Análise dos dados

De acordo com os aspectos abordados nos procedimentos metodológicos no que diz respeito aos dados qualitativos, optou-se por fazer um relato das respostas dadas pelos moradores entrevistados da aldeia Potiguara de Tramataia.

A princípio, antes de serem iniciadas as entrevistas semiestruturadas, ainda no ano de 2010, mais precisamente no dia 14 de maio, foi realizada uma reunião com os moradores que faziam parte da antiga AIATA (Associação Indígena da Aldeia de Tramataia). A intenção da reunião marcada com os ex-membros da associação pelo Professor Alberto Kioharu Nishida, com a participação da autora e de outros alunos do mestrado em Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), foi saber sobre o interesse da comunidade local acerca do desenvolvimento da atividade turística, para tanto alguns questionamentos foram feitos aos moradores da comunidade composta por um grupo de 15 pessoas (11 mulheres e 4 homens) que estiveram presentes.

De acordo com o que esses moradores falaram, os homens trabalham com a agricultura, enquanto as mulheres realizam mais trabalhos domésticos e trabalham também com a mariscagem, o artesanato também é trabalhado, mas no caso da aldeia de Tramataia é realizado em menor grau do que em outras aldeias como na aldeia do Forte e do Galego em Baía da Traição, onde o turismo é um pouco mais difundido. Dessa forma, as mulheres presentes na reunião demonstraram interesse em retomar atividades relacionadas ao artesanato.

Durante a reunião os moradores falaram a respeito dos atrativos turísticos naturais como uma cachoeira, lagoa, o rio da Caieira, além de ressaltarem sobre a dança do Toré que geralmente dançam em datas comemorativas, como no dia do índio e no dia do Padroeiro da Aldeia, e como não poderia deixar de ser, a autora esteve presente em uma das comemorações do povo Potiguara em outra aldeia, onde lá se encontravam reunidos membros de várias outras aldeias para a comemoração do dia do índio, ficando claro então que a tentativa de se preservar os aspectos relacionados à cultura do povo existente na área ainda perdura, mesmo que em menor grau do que antes independente do desenvolvimento da atividade turística.

Fig. 6: Índios Potiguara dançando Toré, (dia do índio na Aldeia Três Rios)



Fonte: Douglas Macêdo, 2011.

Entretanto, deve-se atentar para o fato de que a comemoração do dia do índio é um aspecto que não necessariamente foi criado pelo próprio índio, já que tal data foi acrescentada ao calendário nacional, desde então não só os índios da aldeia de Tramataia como os índios das outras aldeias locais comemoram tal data, da mesma forma que comemoram o dia do padroeiro da aldeia, tendo em vista que todas as aldeias potiguaras têm um padroeiro devido às influências do catolicismo.

Figura 7: Índios Potiguara rezando o “Pai-nosso”, antes da apresentação do toré



Fonte: Douglas Macêdo, 2011

Ainda durante a realização da reunião, para informar aos moradores ali presentes do que se trata o turismo e saber da comunidade local a opinião a respeito do desenvolvimento turístico, ficou claro que aquelas pessoas da comunidade eram a favor do desenvolvimento da atividade turística. Na realidade observou-se no decorrer da pesquisa de campo que a comunidade local está aberta a novos projetos que possam beneficiá-la economicamente, já que os meios de sobrevivência são poucos e muito específicos, como foi abordado na caracterização da área de estudo, e o meio ambiente já não gera mais tantos recursos de subsistência. Neste sentido, o turismo significa para esta comunidade uma possibilidade futura de geração de renda, mesmo que de forma complementar.

Em seguida, foram surgindo questionamentos sobre como a atividade poderia ser desenvolvida no local, questões como infraestrutura adequada ao ambiente, como meios de hospedagem e serviços foram sendo abordadas no decorrer da reunião. Mais uma vez foi ficando claro que aquelas pessoas não tinham ainda uma ideia empreendedora bem organizada e formulada voltada para o desenvolvimento do turismo, por exemplo: alguns deles não sabiam o que era ou como funcionava uma pousada, tendo em vista que no local onde se situa a aldeia não há nenhum meio de hospedagem, de forma que em muitos locais onde se trabalha com o turismo de base comunitária há uma incidência de hospedagens alternativas, onde as pessoas “turistas” se hospedam na casa dos moradores locais.

Acredita-se que a ocorrência do turismo no município adjacente de Baía da Traição onde também se localizam aldeias Potiguaras, fez os moradores acreditar que o turismo também pode ser desenvolvido na Aldeia de Tramataia, este aspecto foi observado durante as conversas informais com os moradores, nestas eles sempre mencionavam que na Baía da Traição existe turismo porque na localidade há mais infraestrutura. Entretanto, deve-se enfatizar que o turismo desenvolvido na Baía da Traição pode ser considerado como um turismo desordenado, no qual há falta de planejamento e ordenamento, o que não necessariamente traz garantias de desenvolvimento local.

Poder-se-ia questionar então, que este tipo de turismo pode trazer transtornos e impactos negativos para a comunidade local, dessa forma cabe ressaltar também que este questionamento não pode ser realizado de forma generalizada, pois desde que a atividade turística seja bem planejada em conjunto com os moradores locais, para uma definição de um plano de ações envolvendo todo um estudo de planejamento e marketing local, tais

aspectos negativos poderiam ser minimizados, já que seriam definidos o tipo de turismo a ser desenvolvido no local, no caso o ecoturismo e o etnoturismo, e principalmente o tipo de turista como público alvo, este aspecto pode ser observado no exemplo citado no tópico deste trabalho que fala sobre etnoturismo e comunidades tradicionais, onde Grunnewald (2003) cita o exemplo da aldeia da Jaqueira em Porto Seguro - BA.

Para tanto, também ficou claro que a comunidade local apesar de ter uma ideia do que é o turismo, ainda não se pode dizer que a mesma está bem preparada para o desenvolvimento dessa atividade na localidade, de forma que para que o turismo com base no ecoturismo e no etnoturismo seja desenvolvido em qualquer local onde a comunidade tradicional deva estar inserida, deve haver um planejamento prévio e participativo incluindo cursos e treinamentos voltados para o desenvolvimento sustentável.

Outro aspecto de relevância é a necessidade de uma associação atuante na busca de projetos participativos para a comunidade como um todo de forma empreendedora, pois a comunidade local precisa estar atenta e participar de todo o processo de desenvolvimento de qualquer atividade que ocorra em sua área de incidência, independente de terceiros estarem ou não monitorando ou coordenando os projetos, e para que isso ocorra é necessário que haja agentes transformadores dentro da própria comunidade.

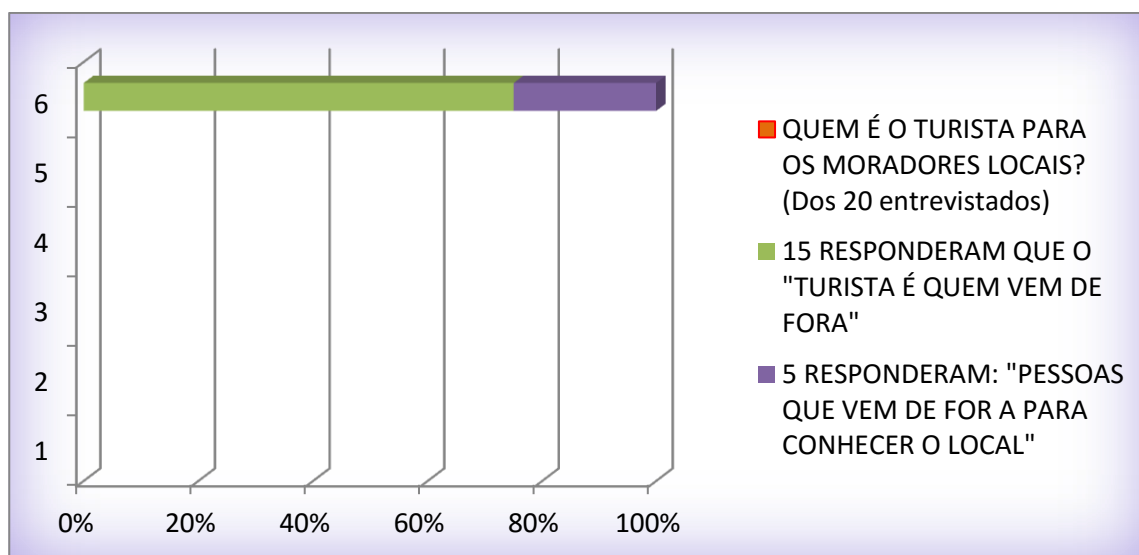
A principal fonte para análise dos dados com relação à percepção e à opinião dos moradores da aldeia potiguara de Tramataia acerca do turismo seguiu-se através da entrevista semiestruturada com a intenção de se perceber a importância que o desenvolvimento da atividade turística com base no segmento do ecoturismo e do etnoturismo pode significar para tal comunidade, assim como os possíveis conflitos e benefícios gerados na aldeia com a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) e do projeto Peixe-boi, para tanto se utilizou um modelo de questionário semiestruturado com alguns membros da comunidade, alguns deles já trabalham com o turismo mesmo que de forma empírica tendo em vista que realizam o passeio de canoa pelo estuário com os turistas. Considerando-se que este passeio está ligado ao Projeto peixe-boi, pois é realizado em primeiro plano para levar o turista para conhecer o peixe-boi, mesmo assim ainda optou-se por aplicar o questionário com pessoas da comunidade que desenvolvem outras atividades, não relacionadas necessariamente com o turismo.

O questionário foi composto por perguntas abertas em sua maioria, as poucas perguntas fechadas que foram abordadas dizem respeito a fatos, aspectos como (idade,

sexo, estado civil, naturalidade e grau de instrução). As demais se constituem em perguntas abertas, todas a respeito do que os moradores locais pensam sobre o desenvolvimento do ecoturismo e do etnoturismo no local, abordando o entendimento desses moradores sobre aspectos relacionados com a sustentabilidade, ao relacionamento desses moradores com a gestão do projeto Peixe-boi, que está localizado dentro da Área de Proteção Ambiental, próximo à Aldeia de Tramataia, motivo pelo qual se observou que o turismo acabou sendo mais impulsionado no local.

Ao ser perguntado para os moradores quem é o turista na visão deles, dos vinte (20) moradores entrevistados 15 deles responderam de fato que *“turista é quem vem de fora”*, os outros cinco (5) apresentaram a mesma linha de pensamento, porém responderam de uma maneira diferente, como por exemplo: *“pessoas que vem de fora para conhecer o nosso local”*, *“pessoal que vem para visitar a aldeia”*, *turista, quem vem para passeio, para conhecer as belezas naturais*, *“turista são os visitantes”*; *“o turista é quem vem de fora para conhecer a nossa cultura local”*, *“São aquelas pessoas que vêm para conhecer nossa comunidade”*.

Gráfico 1: Diferença entre respostas sobre a percepção de quem é o turista para os moradores da comunidade.



Com relação ao gráfico acima, observa-se que os entrevistados que responderam que o turista é aquele que vem de fora para conhecer o local, a paisagem natural ou a cultura, demonstram uma percepção maior em relação aos outros, pois se

entende que para eles, além dos turistas serem de fora eles devem ir até a comunidade motivados em conhecer o modo de vida da comunidade local.

Seguindo a mesma sequência para os entrevistados acima, perguntou-se o que se entende por sustentabilidade.

Dos 20 entrevistados dois moradores da comunidade responderam tal questionamento citando exemplos. De fato a maioria não sabia o significado do termo sustentabilidade, e então se perguntou o que eles entendem por “preservar a natureza”, de forma que eles começaram a dar exemplos de sustentabilidade não por entender o seu significado, mas por relacioná-lo com a palavra preservação. Um dos pescadores, sócio da colônia de pescadores, respondeu o questionamento informando que:

- A sustentabilidade pode ser feita de forma que os lixos fossem recolhidos dos locais indevidos, *“nós temos um grupo que limpa o plástico e as garrafas pet e outros lixos da beira do estuário”*, além de reclamar sobre a soltura do vinhoto da cana no rio.

- Outro morador, respondeu da seguinte forma, *“respeito ao meio ambiente, preservar o mangue, não fazer viveiro nas partes do mangue”*, este último aspecto refere-se à carcinicultura.

- Um dos canoeiros que trabalha fazendo passeio com os turistas para mostrar o peixe-boi, informa que a sustentabilidade é *“trabalhar protegendo o meio ambiente”*;

- Já os dois entrevistados que possuem um grau de instrução maior com o nível superior incompleto souberam dar uma boa definição do termo sustentabilidade. Neste caso deve-se levar em consideração que o grau de instrução dos entrevistados foi abordado nas entrevistas para que pudesse ser observado que a educação é um dos fatores que mais contribuem para o processo de conscientização ambiental em qualquer lugar que seja, mas também se deve reconhecer que o conhecimento empírico das comunidades tradicionais também se faz de extrema relevância, no que diz respeito à relação homem-natureza.

No que se refere ao processo de interação entre a comunidade local e os turistas, todos os moradores da comunidade entrevistados, responderam que há um bom relacionamento: - *“Bom, o turista procura saber como se pega o caranguejo e os peixes nas camboas”*;

- *“Bom, os turistas respeitam, procuram saber sobre a vida na aldeia”, “se for só para visitar a aldeia e ir embora, é bom”*. O cacique entende como *“positivo, gera renda, existem aproximadamente 16 canoeiros e os turistas procuram saber mais sobre a comunidade”*;

- Uma outra moradora relata que *“é como se os turistas tivessem uma outra visão de mundo”*.

De uma maneira geral ao avaliar as respostas dos entrevistados observou-se que todos consideram que possuem um bom relacionamento com o turista.

Com relação ao entendimento a respeito do que é uma Área de Proteção Ambiental, e do que trata o projeto Peixe-Boi e seus benefícios para a comunidade nos quesitos 11 (onze) e 12 (doze), seguem as respostas abaixo do modo que quase todos os entrevistados responderam que sabem ou têm uma ideia do que é uma Área de Proteção Ambiental:

- *“O projeto Peixe-boi e a APA, ajudaram a diminuir o desmatamento do mangue”, “a APA preserva o manguezal para o futuro, e o projeto Peixe-boi tem trazido as pessoas de fora para conhecer a cultura da comunidade”, “o projeto Peixe-boi foi bom para o mangue”,* dentre todas as respostas, destaca-se a resposta de um dos pescadores *“A criação da APA veio para não deixar ninguém fazer o errado, ensinar a trabalhar de maneira correta com a cata do caranguejo”*.

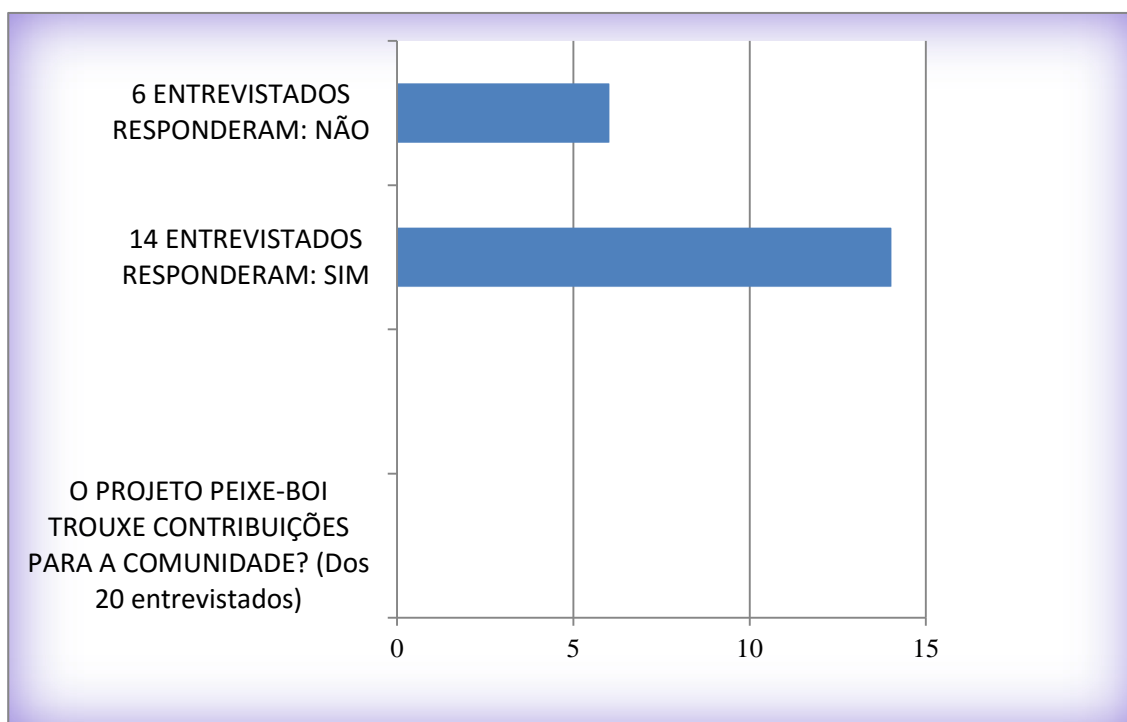
Por outro lado aquele mesmo pescador concorda que o projeto Peixe-boi, tenha servido para diminuir os impactos negativos com relação à sustentabilidade no local, mas ressalta que o ICMBIO precisa considerar mais a opinião e o modo de vida da própria comunidade. Segue ainda outras respostas dos entrevistados, *“o projeto Peixe-boi atrapalha na pesca e falta melhor comunicação do ICMBIO com a comunidade local”*.

- *“O projeto Peixe-boi, atrapalha na pesca”,* resposta dada por uma das marisqueiras da comunidade. Enquanto isso, uma das pescadoras considera o Projeto como sendo bom para o meio ambiente: *“Bom, não faz mal a ninguém, os animais precisam ser defendidos, é como uma criança”*.

Um outro pescador respondeu da seguinte maneira: *“o Projeto Peixe-boi é ruim para quem pesca, mas é bom para quem trabalha com o turismo”*, novamente surge uma outra resposta de outra moradora da comunidade, *“bom para o turismo”*. Um estudante relata que com a criação da APA, diminuiu o impacto ambiental da madeira, enquanto o projeto ajudou a conscientizar o índio sobre o peixe-boi, mas ainda sim: *“atrapalha na pesca”*. Cabe ressaltar que praticamente todos os pescadores entrevistados reclamam da proteção que é dada ao peixe-boi, ao mesmo tempo em que pouca atenção é dada para os moradores da comunidade local e suas reivindicações principalmente com relação à pesca.

Apesar dos aspectos negativos abordados com relação à pesca, as pessoas da comunidade também se mostraram a favor de que benefícios também foram gerados para o meio ambiente e para a comunidade local, citando como exemplo, os cursos oferecidos para a comunidade, como um curso de salvamento, de bombeiros e a capacitação para trabalhar como canoeiros com os turistas.

Gráfico 2: Sobre as contribuições que o Projeto Peixe-boi levou para a comunidade em estudo.



Outro descontentamento deve ser enfatizado, um dos pescadores informa que não concorda com a retirada de madeira do mangue para a venda externa, de forma que não se deveria proibir o uso de madeira de forma doméstica dentro da própria comunidade tendo em vista que nem todos os moradores possuem fogão para cozinhar, sendo estes uma pequena parte da população, desse modo, deveria ser pensado em uma forma de se proteger o Peixe-boi, sem proibir as formas de sustento dos moradores locais. A partir daí, infere-se que tais opiniões acerca da gestão da APA e do Projeto Peixe-boi culminam com as observações de Diegues, identificadas no referencial teórico deste trabalho, no que diz respeito à inserção da comunidade local nos planos gerenciais das Áreas Protegidas.

Deve-se levar em consideração que a APA faz restrições às comunidades existentes em seu entorno com relação à forma como se faz a pesca, é proibida a utilização de barcos a motor e do uso de redes de arrasto, pois estes meios podem causar danos aos peixes-boi, o corte de madeira do mangue também é proibido tanto em escala de comercialização quanto em escala de uso doméstico, ao ponto em que os projetos de carcinicultura são colocados em prática e permitidos.

De acordo com Silvestre *et. al.* (2011), apesar do corte de madeira dos manguezais apresentarem um tipo de impacto, o mesmo pode ser considerado superficial se comparado com o impacto da carcinicultura, tendo em vista que de acordo com o autor podem ser encontrados na APA aproximadamente 40 viveiros para criação de camarão nas comunidades residentes nas proximidades do Rio Mamanguape. Os comunitários têm razão, quando asseguram que a proibição do corte de mangue deveria ser para uso comunitário, visto que estes sempre usaram a madeira de mangue, e o mangue sempre existiu, mesmo com essa extração, o que destruiu o mangue foi a construção dos viveiros, ou o desmatamento para o aumento das áreas para o plantio da cana.

De fato, se por um lado o Projeto Peixe-boi propicia ao desenvolvimento da atividade turística, e a criação da APA propicia uma relativa fiscalização entre as atividades geradoras de impactos na localidade, então dever-se-ia observar que para que os impactos ambientais e sociais sejam amenizados, os conflitos socioambientais devem ser reparados, pois neste caso o turismo beneficia uma pequena escala da parte da comunidade como uma economia complementar devido à sua sazonalidade e até mesmo devido à sua pouca ocorrência, caracterizando-se ainda como uma atividade potencial.

Por outro lado a pesca é uma atividade tradicional da comunidade, que serve tanto para a subsistência quanto para o comércio local. Em conversas informais com os moradores da comunidade percebeu-se que a pesca não é praticada em grande escala, e que os moradores da comunidade vendem o peixe, o camarão, o marisco na própria comunidade, ou nas suas redondezas, como por exemplo, nas feiras livres nos municípios de Rio Tinto, Marcação, Mamanguape e Baía da Traição. Sendo assim, os moradores da comunidade não deixam de pescar, mesmo havendo conflitos de interesses entre eles a APA e o projeto Peixe-boi, o qual os moradores não se posicionam contra, mas reivindicam seus direitos em relação ao meio ambiente e ao uso dos recursos que sempre utilizaram como fonte de renda.

Fig 8: Feira de Rio Tinto.



Fonte: Izolda Kelly Pereira Barbosa, 2010.

O aspecto acima pode ser caracterizado de acordo com Drummond (2000) como uma externalidade negativa, como um conflito que envolve a característica difusa do meio ambiente natural como um bem coletivo, no qual há sempre conflito de interesse entre os beneficiados e os prejudicados pelas formas de uso do meio ambiente como um bem público.

Um dos questionamentos de maior relevância dá-se em saber a opinião dos moradores da comunidade se o turismo pode influenciar de forma positiva ou negativa no desenvolvimento da comunidade local. Dessa forma cabe ressaltar que dezenove (19) dos vinte (20) entrevistados responderam que o turismo pode apresentar uma influência positiva no desenvolvimento da comunidade local, vejamos alguns exemplos: *“O turismo gera renda”*; *“Positivo, gera economia, e conhecimento da cultura”*; *“Positivo, aumenta o movimento dos restaurantes e bares, podemos contar sobre a história da população”*; *“Positivo, podemos falar da comunidade para os turistas”*; *“Positivo, gera mais lucro para a comunidade”*; *“Positivo, vem pessoa de fora, compra o artesanato e mostra para fora”*, todas as respostas seguiram uma mesma linha de raciocínio.

Mesmo com a maioria dos entrevistados tendo a mesma linha de raciocínio para o questionamento abordado acima, um deles deu a seguinte resposta: *“Por uma parte é negativo, a comunidade não dá para depender só do turismo, em uma comunidade de aproximadamente 1000 pessoas, apenas 15 ou 16 trabalham diretamente com o turismo,*

que são os canoeiros, e os turistas são bem vindos, desde que venham conhecer e vão embora, porque tira a nossa privacidade e na comunidade ainda falta nossa estrutura". Cabe salientar que nesta resposta, o entrevistado considera apenas as pessoas que já trabalham efetivamente no transporte de pessoas para o Peixe-boi, não considerando as novas possibilidades de emprego e renda, pelos restaurantes, guias turísticos, venda de artesanato, etc.

Como se pode observar, a maioria dos entrevistados diz-se a favor do turismo, pelo fato de esperarem que o desenvolvimento do turismo possa gerar uma economia complementar para a comunidade, no entanto há aqueles que acreditam que o turismo possa ser uma ponte para a divulgação da cultura local. O lado economicista pode ser, no entanto, um aspecto polêmico no que diz respeito às expectativas da comunidade local com relação ao turismo, pois não se deve esperar que tal atividade seja positiva apenas quando direcionada ao fator econômico, o turismo pode ser também uma fonte para se valorizar a cultura local, para a conscientização do meio ambiente natural, pois como uma atividade socioeconômica deve ser bem planejada, antes que seja colocada em prática.

Outro aspecto a ser explorado, é quanto à opinião dos moradores em saber se a chegada do turismo na comunidade fez as pessoas mudarem a função de trabalho, para tanto, cabe ressaltar que quando a pergunta foi feita para os pescadores que trabalham também como canoeiros a resposta foi positiva, de forma que eles não necessariamente mudaram a função de trabalho, na realidade eles desenvolvem outra função de forma complementar, porque continuam pescando, já para os outros moradores, o turismo ainda não exerceu influência sob a existência de outra função de trabalho, mesmo que de forma complementar. Segue alguns exemplos das respostas dos moradores locais: *"O turismo poderia fazer as pessoas continuarem na aldeia"; "não mudei de função, mas ajuda a comunidade a melhorar a renda local"; "Não mudei a função de trabalho, mas agora trabalho como canoeiro também"; "Continuo na mesma atividade, mas trabalho como canoeiro quando aparece turista"; "Sou pescador, mas às vezes trabalho como canoeiro também"; "Alguns tem outra função, mais no verão"; "De pescador, para canoeiro, quando aparece turista"; "Trabalho com material de construção, não mudei minha função de trabalho".*

Quanto às pessoas que responderam que atuam como canoeiros estes trabalham em conjunto com o projeto Peixe-boi, e na época do verão considerada como alta estação, é quando há mais incidência do trabalho extra destes. Um dos pescadores sócio

da colônia informou que há um rodízio entre as pessoas que trabalham levando os turistas para o Projeto Peixe-boi, para que não haja conflitos relacionados à concorrência, o mesmo relatou que os canoeiros falam sobre o meio ambiente natural, sobre a cultura do povo potiguara e que os turistas buscam tais informações.

Durante a entrevista, constatou-se que os moradores da aldeia entre seus relatos, acabaram fazendo algumas reivindicações, como falta de infraestrutura que possa facilitar mais a vida dos próprios moradores, alguns até acreditam que o turismo possa ajudar no desenvolvimento de futuras infraestruturas de acesso. Muitos deles durante a entrevista e em conversas informais mostraram-se a favor da APA e do projeto Peixe-boi, pois para eles a área passou a ser mais preservada. Entretanto em contradição a tudo isso é questionado sobre a participação dos moradores da comunidade nos planos de gestão da APA e nas decisões tomadas, com relação à preservação do Peixe-boi, e a utilização da madeira, por exemplo, de forma que as necessidades da comunidade local, principalmente no que diz respeito aos meios de sobrevivência sejam também levadas em consideração.

Entre os entrevistados, necessitou-se analisar a parte à entrevista de uma das senhoras da comunidade local que se caracterizou como uma possível agente transformadora da comunidade, atualmente cursa pedagogia e dá aula de cultura indígena para crianças na escola de ensino fundamental que existe na aldeia. A referida pessoa também dá informações sobre a cultura local e o meio ambiente natural, geralmente para grupos de estudantes universitários que vão conhecer o local. A entrevistada, não soube explicar o que é ecoturismo e etnoturismo, mas empiricamente o faz, a mesma fala sobre a história da aldeia, sobre o toré e sobre a língua indígena e sobre a importância do meio ambiente natural para a aldeia.

Para ela, é essencial a interação entre a comunidade local e os turistas, devido à importância de se conviver com pessoas de fora, de forma que a mesma concorda também que o turismo pode influenciar de forma positiva o desenvolvimento local, pois a comunidade pode se desenvolver mais economicamente, além de poder divulgar a cultura do povo potiguara. Com relação à mudança de função de trabalho dela, fica claro que com o turismo, a entrevistada além de professora, poderia passar a trabalhar como guia local também.

No que diz respeito aos conflitos gerados na aldeia, a entrevistada afirma, que conflitos já existiam, pois o processo histórico remetente à área de estudo, assim como em outras aldeias, proporcionou o contato do índio com o homem branco como em todo

o processo de colonização existente no Brasil, dessa forma, ela faz uma crítica ao envolvimento do índio na política local, quando faz a seguinte afirmação, “*os índios ficaram ambiciosos*”, e um aspecto positivo é que a APA, “*ajuda a diminuir a degradação ambiental*”, pois para ela este fator contribuiu para diminuir a quantidade de viveiros de camarão no local, assim como o corte da madeira do mangue.

Ao falar sobre a aldeia, a entrevistada informou sobre a procedência do nome Tramataia, que “*se refere a uma planta medicinal e possui flores que perfumavam toda a aldeia, logo no começo de se sua existência, quando o local ainda era uma mata fechada, segundo ela, “a planta servia para inchaço*”.

Diante do contexto envolvendo o desenvolvimento da atividade turística na aldeia de Tramataia, sentiu-se a necessidade de entrevistar um dos membros que tem uma ligação mais direta com o Projeto Peixe-boi. Entrevistou-se então um dos monitores e tratador voluntário de animais, o mesmo informou que o relacionamento com a comunidade local e o Projeto Peixe-boi é razoável. De acordo com o entrevistado, dentro da organização do mesmo projeto não há outros projetos direcionados para a comunidade local, entretanto, há a inclusão de alguns membros da comunidade nos trabalhos mais operacionais relacionados ao desenvolvimento das atividades da base de pesquisa do Projeto Peixe-boi, na qual foi informado que aproximadamente 16 pessoas das comunidades adjacentes trabalham diretamente no projeto.

Confirmou-se que as instalações existentes na base do Projeto Peixe-boi contribuem para a educação ambiental dos visitantes e da comunidade local.

Segundo o entrevistado: “*a presença dos turistas gera renda para a comunidade, e na visita ao projeto, essas pessoas recebem uma conscientização para a preservação da natureza*”. Para ele, o turismo na localidade está diretamente relacionado ao Projeto, de forma que de acordo com o mesmo o Projeto Peixe-boi recebe aproximadamente de 2.500 a 3.000 turistas por ano, e na baixa estação continua havendo uma incidência de turistas, mas em uma quantidade bem reduzida.

Quanto ao perfil do turista, foi informado que o público é variado estando entre (estudantes, turistas brasileiros do estado da Paraíba e de outros estados, e estrangeiros também), mas geralmente estes vão conhecer o local motivados pela curiosidade de conhecer o Projeto, o peixe-boi e a partir de então passam a ter o contato com a comunidade, e conseqüentemente acabam obtendo informações acerca da cultura do povo (índios e não índios) residentes nas margens do estuário do rio Mamanguape, onde está localizada a aldeia de Tramataia.

Ainda de acordo com o entrevistado, os turistas ao chegarem ao projeto são direcionados ao centro de mamíferos aquáticos, em seguida os guias tiram as dúvidas dos turistas, falam um pouco da localidade incluindo informações sobre a biodiversidade do local e sobre a população residente.

Dos aspectos abordados acima, percebe-se que o turismo na aldeia potiguara de Tramataia ainda é incipiente, havendo então uma potencialidade para o desenvolvimento desta atividade no local.

De acordo com as informações dadas pelos moradores locais, há de fato a incidência de visitação de pessoas de fora da comunidade, tanto dos municípios vizinhos quanto de outros municípios do estado da Paraíba e de outras regiões do país, visto que além da motiva o pela visita o ocorrida através da existência do Projeto Peixe-boi, há uma incidência de fato do turismo no município de Baía da Trai o que de acordo com as características abordadas no referencial deste trabalho não se configura como um turismo bem planejado.

Entretanto este aspecto relacionado ao planejamento do turismo pode ser utilizado para se desenvolver o turismo na aldeia potiguara de Tramataia, tendo em vista que os moradores da comunidade demonstram o interesse pela atividade, isto pôde ser observado tanto nas respostas das entrevistas quanto nas conversas informais, ficando claro também que o principal motivo pelo desenvolvimento desta atividade   o motivo econômico, mas este fator também não impede que o ecoturismo e o etnoturismo sejam desenvolvidos no local.

Desse modo, fica claro que o impulsionador do turismo no local,   o Projeto Peixe-boi. Como foi abordado no referencial teórico, no município vizinho de Baía da Trai o também existe um turismo que mesmo sendo considerado por estudiosos como sendo uma forma de valoriza o da cultura local, não pode se configurar como um tipo de turismo sustentável de acordo com o paradigma da sustentabilidade devido   falta de planejamento direcionado para o ordenamento da atividade, devendo-se considerar que   visível a falta de organiza o relacionada ao turismo no local. Este fator poderia influenciar negativamente no desenvolvimento do turismo na aldeia potiguara de Tramataia, entretanto percebe-se que geograficamente apesar da aldeia ser próxima da cidade de Baía da Trai o, ela fica mais isolada do centro mais urbano, além de estar localizada em uma área de Prote o Ambiental.

Por outro lado, como o Projeto Peixe-boi tem influenciando no desenvolvimento do turismo no local, proporcionando o desenvolvimento desta atividade

de forma mais sustentável, acredita-se que a comunidade local possa desenvolver alguma atividade relacionada ao turismo de uma maneira mais sustentável, com a criação de um roteiro como um produto complementar à visitação dos turistas até a base do Projeto Peixe-boi, de forma que este produto complementar envolva aspectos da cultura local e do meio ambiente natural. Dessa forma o próprio modelo de turismo já seria direcionado para um público específico, como pessoas interessadas em conhecer aspectos relacionados ao meio ambiente natural e ao modo de viver de comunidades tradicionais.

Entretanto, apesar da comunidade demonstrar interesse no desenvolvimento do turismo, fica claro também a falta de preparo da mesma com relação ao desenvolvimento de tal atividade, já que de acordo com os resultados e informações obtidas através da pesquisa de campo observou-se que empiricamente e de forma branda que a comunidade acaba desenvolvendo atividades com características da própria atividade turística. Para tanto, se faz imprescindível o apoio e a parceria da comunidade com os gestores da APA e do Projeto Peixe-boi voltado para o desenvolvimento políticas públicas ou políticas de apoio direcionadas para esta problemática.

6. Considerações finais

De acordo com fatos abordados pode-se considerar que o turismo desenvolvido na área de estudo ainda necessita de incentivos para um desenvolvimento com base no desenvolvimento social, pois os aspectos que mais se tem levado em consideração com relação ao turismo na comunidade em estudo de acordo com os dados obtidos foi o aspecto econômico, porém há possibilidade de que a atividade turística ainda incipiente, branda possa posteriormente despertar o interesse das pessoas da aldeia potiguara de Tramataia em informar sobre os aspectos históricos e culturais da comunidade e do povo potiguara em si, de forma que esses aspectos históricos e culturais acabam sendo passados naturalmente dos moradores da aldeia para os turistas.

Não se quer aqui acordar que o turismo pode fazer a comunidade local usar seus modos de vida ou resgatar alguns aspectos da cultura como um espetáculo para os turistas, acredita-se que os turistas de uma forma natural possam ter a curiosidade de conhecer a cultura e a relação do homem com natureza, sob um aspecto diferenciado através de uma relação de respeito, isso é o que torna autêntica a experiência de se conhecer um lugar ou um povo, diante de outros tipos de turismo já tão artificializados que podem ser praticados e vividos a partir de experiências muito parecidas em diversos lugares.

O fato do incentivo econômico ter se mostrado como o maior impulsionador do turismo por parte da comunidade local, é comum de uma forma geral, mas não se deve deixar o desenvolvimento do turismo acontecer valorizando apenas o desenvolvimento econômico.

Observaram-se também conflitos gerados entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), responsável pela administração da APA , o Projeto Peixe-Boi e os moradores da aldeia que de fato reclamam da falta de comunicação entre esses órgãos e a comunidade local, a partir daí infere-se então que de acordo com o exposto por Diegues no referencial teórico, essas comunidades precisam estar inseridas nos planos de gestão da APA.

De uma forma considerada superficial percebeu-se que os moradores da aldeia de Tramataia estão inseridos nas atividades do Projeto Peixe-boi, deve-se reconhecer que houve uma tentativa de inserção dos moradores locais nas atividades do Projeto, mesmo que em pequena escala, mas ainda sim insuficiente.

Para que a atividade turística seja desenvolvida de fato na localidade, necessita-se que haja o devido planejamento da atividade em primeiro plano dando-se prioridade para o desenvolvimento local, através da inserção da comunidade nos níveis de gerenciamento da atividade. Escutar os anseios da comunidade, levar em consideração as necessidades, seus pontos fortes e fracos com relação ao desenvolvimento da atividade turística pode ser um bom início para o planejamento dessa atividade.

Sugeriu-se para a comunidade em estudo trabalhar com trilhas voltadas para o desenvolvimento da atividade turística, a partir de então se descobriu que os canoeiros que trabalham em parceria com o Projeto Peixe-boi já tinham pensado nesse tipo de passeio ecoturístico, mas no lugar de se trabalhar com uma trilha, o passeio seria feito de canoa pelo estuário, e segundo um dos canoeiros entrevistados eles já haviam conversado com a gestora do projeto Peixe-boi sobre o assunto que estava em fase de avaliação, entretanto, a pessoa entrevistada se mostrou interessada pela ideia da trilha de forma que esta fosse adaptada para ser trabalhada no estuário.

Observou-se que apesar da comunidade local não ter a técnica e a experiência de trabalhar com o turismo, a mesma se mostra interessada no desenvolvimento de projetos voltados para esta temática.

Acredita-se que com um trabalho em parceria com o Projeto Peixe-boi, voltado para o desenvolvimento do turismo no local com ênfase para o ecoturismo e para o etnoturismo, envolvendo também a educação ambiental e a valorização do conhecimento tradicional da comunidade, alguns conflitos socioambientais observados neste trabalho poderiam ser minimizados, pois esta seria uma forma de envolver mais diretamente a comunidade local nas atividades da APA.

De acordo com Moura (2004) no planejamento da atividade turística deve seguir algumas etapas para a elaboração de tal planejamento, dentre as quais o autor destaca:

- “Diagnóstico do nível de desenvolvimento da atividade turística”;
- “verificação da infraestrutura básica, com o intuito de detectar as deficiências e propor melhorias”;
- Envolvimento da população residente no planejamento e execução das várias etapas, para que o turismo não se torne uma atividade prejudicial aos nativos que geralmente detém uma pequena parcela das receitas geradas pelo turismo.

Deve haver um planejamento específico para o tipo de turismo que se pretende desenvolver. Acredita-se que através do Projeto Peixe-boi, podem-se captar mais turistas

com um perfil específico para a localidade. Um aspecto interessante é que os turistas que visitam o Projeto peixe-boi geralmente vão ao local motivados em conhecer o meio ambiente natural, não se configurando então como um turismo de massa.

A partir de então se infere que seja necessário fazer um estudo primário de demanda turística, com aplicação de questionários no local de visitação da base do Projeto Peixe-boi com o intuito de diagnosticar e comprovar de fato o perfil do turista que em primeiro plano já pode ser considerado como uma demanda não massiva, tendo em vista que muitos estudantes de escolas e universidades fazem visitas técnicas na localidade onde pode ser observado um indício de valorização da educação ambiental.

Este aspecto deve ser levado em consideração ao se fazer um estudo básico de análise de demanda turística na localidade para que posteriormente seja proposto um estudo de oferta turística, com a finalidade de se criar um produto turístico diferenciado destinado para um público alvo, envolvendo as necessidades da comunidade local.

Desse modo acredita-se que a aldeia potiguara de Tramataia tenha a oportunidade de se inserir no desenvolvimento do turismo local não só envolvendo os canoeiros, mas com incentivos para o desenvolvimento de outras atividades como o artesanato, o setor de alimentos e a divulgação da cultura local, chamado por alguns teóricos de “efeito multiplicador”, que por sua vez, envolve atividades indiretas servindo como fomento ao desenvolvimento do turismo.

Tais atividades indiretas também podem envolver o processo de educação ambiental através da percepção ambiental, pois na medida em que as atividades vão sendo desenvolvidas, podem servir como próprio produto turístico, por exemplo: o processo de colheita dos produtos agrícolas que podem ser comercializados na própria aldeia também pode ser presenciado pelo turista, o turista ou visitante pode conhecer o apiário com os devidos equipamentos de segurança ao mesmo tempo em que os agricultores ou guias locais vão explicando toda a importância do processo para o turista, o que gera mais um diferencial para o produto.

Para Xavier (S/D) o ecoturismo aliado a educação ambiental ultrapassam as barreiras de comunicação passando a ser um processo contínuo para a conscientização dos visitantes e da própria comunidade local de forma que a preservação seja um objetivo a ser atingido diariamente.

Segundo Xavier (S/D) o estímulo a prática do ecoturismo para a conscientização da população é tida pela Lei n 9795 de 27/04/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental pode ser incentivada pelo poder publico mesmo que

não de modo formal nas três esferas do governo (art.13 inciso VIII), ficando claro que a prática correta do ecoturismo é aquela que transmite todas as instruções educacionais, complementando a educação ambiental para que seja atingida de forma sustentável e com o menor impacto possível do turismo sobre as áreas visitadas.

Caber aqui ressaltar que estudar a percepção ambiental é entender a relação do indivíduo com o ambiente. Para Malafaia e Rodrigues *et. al.* (2009) *apud* Whyte (1978), o estudo da percepção ambiental colabora para a utilização mais coerente dos recursos naturais, possibilita a participação da comunidade no desenvolvimento e planejamento ambiental, além de servir de registro das percepções e sistemas de conhecimento ambiental.

Weissbach (2010) afirma que o efeito multiplicador significa planejar o desenvolvimento turístico com base no desenvolvimento local, de forma que “o desenvolvimento local possa encontrar na atividade turística uma possibilidade de criar novos arranjos organizacionais que considerem as potencialidades locais nas políticas públicas setoriais” (WEISSBACH, 2010).

Ainda de acordo com autor, o efeito multiplicador pode gerar o desenvolvimento da atividade turística proporcionando um desenvolvimento endógeno de forma que os benefícios gerados pelo aproveitamento dos recursos locais sejam mantidos no circuito da economia local. Consequentemente, explica o autor que o desenvolvimento local expressa o processo em que as localidades, através de seus múltiplos recursos, naturais, culturais, econômicos, criam oportunidades para o bem-estar coletivo, agrupando atividades que dinamizem a economia local e ao mesmo tempo provoquem os baixos impactos socioambientais.

Desse modo infere-se que a aldeia potiguara de Tramataia tem a possibilidade de desenvolver um turismo voltado para o ecoturismo e para o etnoturismo, atentando sempre para o planejamento da atividade e as necessidades da comunidade local, quanto ao fator cultural, observou-se no decorrer desse trabalho que a cultura não necessariamente deve ser algo intacto, pois a mesma pode variar de acordo com o tempo na medida em que os modos de vida vão adquirindo e passando por novas adaptações, entretanto, os conhecimentos tradicionais continuam sendo guardados e passados para as novas gerações, sendo assim se faz de extrema importância, a valorização desses conhecimentos a partir da própria comunidade de forma endógena e exógena, pois diante da globalização os conhecimentos já não ficam mais presos e estáticos em seus locais de origem.

Cabe ressaltar que a adoção do ICMS ecológico também é uma alternativa plausível para o desenvolvimento sustentável na área em estudo. Para Nunes (S/D) o ICMS ecológico funciona como um mecanismo da política ambiental iniciado na década de 90 específico do Brasil, tendo o objetivo de instalar critérios a redistribuição do imposto, permitindo que o Estado influa no processo de desenvolvimento sustentável dos municípios, que por se tratar de recursos da natureza a lei deve definir os critérios específicos pra sua criação.

Nunes (S/D) discorre que a redistribuição de recursos ligados ao compromisso ambiental advindo da parcela do ICMS funciona como uma opção tributária por meio da qual se busca compensar financeiramente restrições de uso do espaço natural, recuperação de áreas degradadas ou que possuem mananciais, ou reservatórios ou florestas para que de fato promovam o desenvolvimento sustentável.

A autora afirma que estados como Paraná no ano de 1991, São Paulo (1993), Minas Gerais (1995), Rondônia (1996) e Rio Grande do Sul (1998), além de estados como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Tocantins, Rio de Janeiro aderiram experiências com a implantação do ICMS ecológico que se transformou paulatinamente em incentivo direto e indireto à conservação ambiental.

Já no que se refere ao ecoturismo, também se infere que o local é propício para o desenvolvimento do mesmo, já que as belezas naturais são um atrativo de muito potencial para a localidade, mas este aspecto deve ser bem aproveitado de forma que seja utilizado em *prol* da própria natureza e da comunidade local.

Referências bibliográficas

_____. Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo:** marcos conceituais. Programa de Regionalização do turismo, 2004.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1998.** 18º ed. Brasília: Centro de Documentação e Informação Coordenação de Publicações. 2002.

ACSELRAD, Henri. Sustentabilidade, espaço e tempo. *In:* HERCULANO, C. Selene (Org). **Meio ambiente:** questões conceituais. Niterói: Pós-Graduação em Ciências Ambientais da UFF: Riocor, 2000.

ANDRADE, V. José. **Turismo: fundamentos e dimensões.** 8º Ed. São Paulo, SP: Ática, 2008.

AZEVEDO, Luíndia Luiza. **Ecoturismo indígena.** 1º. Ed. Quito: Abya-Ayala, 2007.

BOO, Elisabeth. O planejamento Ecoturístico para Áreas protegidas. *In:* LINDERBEG, Kreg; HAWKINS, Donald E. (editores). **Ecoturismo:** um guia para planejamento e gestão. 2º Ed. São Paulo, SP: SENAC, 1999.

BOULLÓN, Roberto C. Ecoturismo: intenciones e acciones. *In:* BALASTERI, Adyr Rodrigues (org.). **Turismo, ambiente:** reflexões e propostas. 1º Encontro de Turismo de Base Local. São Paulo, SP: Hucitec, 1997.

CEBALLOS-LASCURÁIN, Hector. O ecoturismo como um fenômeno mundial. *In:* LINDERBEG, Kreg; HAWKINS, Donald E. (editores). **Ecoturismo:** um guia para planejamento e gestão. 2º Ed. São Paulo, SP: SENAC, 1999.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida:** Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. 6º Ed. São Paulo: Cultrix, 2004. 256p.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. Áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. *In:* SERRANO, Célia Maria T.; BRUHNS. Heloísa Turini (orgs). **Viagens a natureza:** Turismo, cultura e ambiente. Campinas, SP: Papirus, 1997.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Ecologia Humana e Planejamento Costeiro em Áreas Costeiras.** 2º ed. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Turismo e Desenvolvimento Social Sustentável** Anais do 1º Seminário Internacional de Turismo, 2003.

DRUMMOND, José Augusto. Os recursos naturais como bens de “interesse difuso”: dificuldades institucionais e materiais para as leis e políticas ambientais. *In:* HERCULANO, Selene C. **Meio ambiente: questões conceituais.** Niterói: Pós-graduação em Ciências ambientais da UFF: Riocor, 2000.

FERREIRA. Leila da Costa. A questão Ambiental: **Sustentabilidade e políticas públicas no Brasil.** 2º ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2003.

FRITJOF, Capra. A teia da vida: **Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo, SP: Editora: Cultive, 2004.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

HELOISA, T. Bhruns (orgs.). **Viagens à natureza: Turismo, cultura e ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

HONEY, M. *Ecotourism and sustainable development: who owns paradise?* Washington D.C.: Island Press, 1999.

IGNARA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. 2º Ed. São Paulo, SP: Pioneira, 2003.

KINKER, Sônia. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas, SP: Papirus, 2002.

LAGE, Beatriz C. Lage; MILONE, Paulo C. **Turismo Teoria e Prática**. São Paulo :Atlas, 2000.

LUSTOSA, M.C. & VINHA, V. **Economia do Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, pp. 1-29.

MARCONI, Marina de Andrade & PRESOTTO, Zélia Maria Neves. **Antropologia: uma introdução**. 2º Ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

MARINHO, Eduardo Galliza do Amaral. **Geomorfologia da área e Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape e Adjacências, no Estado da Paraíba: Subsídios ao zoneamento Geo-Ambiental**. João Pessoa, 2002. (Dissertação) 194 f. – Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA / Subprograma UFPB – UEPB.

MENDONÇA, Rita. Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição? *In*: LEMOS Amália Ines G. (org). **Turismo e impactos sócioambientais**. São Paulo, SP: HUCITEC Ltda, 1999.

MOLINA E. , Sérgio. **Turismo e ecologia**. Tradução Josely Vianna Baptista. Bauru – SP: EDUSC, 2001.

MOURA, Rildo. Unidades de Conservação da natureza como espaço de experimentação de estratégias de desenvolvimento sustentável. *In*: ARAÚJO, Lindemberg Medeiros (org.). **Geografia, espaço, tempo e planejamento**. Maceió, AL: EDUFAL, 2004.

OLIVEIRA, João Carlos Costa. **Zoneamento ambiental da APA da Barra do rio Mamanguape e seu entorno, estado da Paraíba, Brasil**. Universidade federal da Paraíba – Programa de Pós-graduação e Pesquisa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, (2003).

OURIQUES, Helton Ricardo. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005.

PROJETO COOPERAR. **Plano de participação das populações indígenas**. Projeto de redução da pobreza rural (PRPR), 2007.

PAIVA, Maria das Graças Menezes V. **Sociologia do turismo**. 2º Ed. Campinas, SP: Papirus, 1998.

PELLEGRINE, Américo Filho. **Ecologia, Cultura e Turismo**. 4º Ed. 2000. Campinas, SP. Papirus, 1993. (coleção turismo).

RABELO, Laudemira Silva. **Indicadores de sustentabilidade**: a possibilidade do desenvolvimento sustentável. Fortaleza: Prodem, UFC, 2008.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório** :etapas da evolução sócio-cultural.11º Ed. São Paulo-SP. Editora Companhia das Letras, 1998.

RIBEIRO, Helena, STIGLIANO Beatriz V. Desenvolvimento turístico e sustentabilidade ambiental. *In*: ARLINDO, Jr. PHILLIPI; RUSCHMANN, DORIS. **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. Baurueri – SP: Manole, 2010.

RODRIGUEZ, M. M. Desenvolvimento sustentável: níveis conceituais e modelos. *In*: CAVALCANTI, A. P. B. (Org.). **Desenvolvimento sustentável e planejamento**: bases teóricas e conceituais. Fortaleza: Edições UFC, 1997.

RODRIGUEZ, Jose Rojas. Ecoturismo com base local em um Parque Nacional, tareapossível? *In*: BALASTERI, Adyr Rodrigues (org). **Turismo, ambiente**: reflexões e propostas.1º Encontro de Turismo de Base Local. São Paulo, SP: Hucitec, 1997;

ROMEIRO, A.R. & REYDON, B. P & LEORNARDI, M.L.A. **Economia do Meio Ambiente** .Campinas: Unicamp, 1997, pp. 21-42.

RUSCHMANN, Doris Van Meene. Planejamento e ocupação do território através da expansão da atividade turística: Condicionantes básicos a partir da questão ambiental. *In*: BALASTERI, Adyr Rodrigues (org). **Turismo, ambiente**: reflexões e propostas.1º Encontro de Turismo de Base Local. São Paulo, SP: Hucitec, 1997.

SILVA, T. Domingues. O ambiente e o turista: uma abordagem discursiva. *In*: TERRA. Os domínios da natureza. **Ecoturismo**. São Paulo, edição especial, nov.1998.

SILVA; Yolanda Flores. Conflitos e impactos sociais do turismo sem responsabilidade social. *IN*: Banducci Jr., BARRETO, Margarita (orgs.). **Turismo e identidade local**: uma visão antropológica. 5º Ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.

SILVEIRA, Maria Laura. Da feiticização dos lugares à produção local do turismo. *In*: BALASTERI, Adyr Rodrigues (org). **Turismo; Modernidade; Globalização**. 3º Ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2002.

SANTOS. Milton. **Por uma nova globalização**: do pensamento único à consciência universal. 3º Ed.-Rio de Janeiro: Record, 2000.

TRIVINOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa de ciências sociais: a pesquisa qualitativa** 1. edição, 14 reimpressão. São Paulo: Atlas, 2006;

WESTERN, David. Definindo o ecoturismo. *In*: LIDENBERG, Kreg; HALWKINS, E. Donald (editores). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 2º ed. São Paulo: SENAC, 1999.

WWF – BRASIL. **Sociedade e ecoturismo: na trilha do desenvolvimento sustentável: como diferentes atores sociais podem, de forma participativa, elaborar planos estratégicos de conservação e geração de renda. O caso do ecoturismo do Vale do Ribeira na Mata Atlântica/ Vitae civilis e WWF-Brasil**; São Paulo: Peirópolis, 2003.

Webgrafias

BARROS, Samara Cristina Alves de. BRAGA, Nathally Mola Pessoa. Farias, Dayse Leone dos Santos. Silva, Diego Juan. Silvestre, Costa Leandro. *In*: **Diagnostico dos impactos ambientais advindos de atividades antrópicas na APA da Barra do Rio Mamanguape**. Disponível em: <<http://www.conhecer.org.br/enciclop/2011a/ambientais/diagnostico%20dos%20impactos.pdf>>. Acesso 21/dez/2011.

ALBUQUERQUE, Carlos Sandro C. PEIXOTO, Shirley Cintra de Sá P. *IN*: **Turismo étnico indígena – Meio de sustentabilidade para os índios urbanos da cidade de Manaus**. Revista Eletrônica Aboré - Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo Edição 03/2007 ISSN 1980-6930 Disponível em: <http://www.revistas.uea.edu.br/old/aboré/artigos/artigos_3/Shirley%20Cintra%20Portela%20de%20Sa%20Peixoto.pdf>. Acesso em 25/set/2011.

COUTINHO, Helen Rita M., MARTINS, Idânia Rita dos S. *In*: **Turismo em áreas indígenas**. Revista eletrônica: Aboré – Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo. Edição: 03/2007. ISSN 1980-6930. Disponível em <http://www.revistas.uea.edu.br/old/aboré/artigos/artigos_3/Idania%20Rita%20dos%20Santos%20Martins.pdf>. Acesso em: 25/Jul/2011.

Estatuto do Índio-FUNAI. Disponível em: <www.funai.gov.br/quem/legislacao/estatuto_indio.html>. Acesso em: 25/Jul/2011.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco (S/D). *In*: **A tutela jurídica do ecoturismo o direito ambiental**. Disponível em: <<http://www.saraivajur.com.br/menu esquerdo/doutrinaArtigosDetalhe.aspx?Doutrina=447>> . Acesso em 10/jan/2011.

GRUNNEWALD, Rodrigo de Azevedo (2003). *IN*: **Turismo e etnicidade**. Disponível em: < www.scielo.br/pdf/ha/v9n20/v9n20a07.pdf>. Acesso em: 10/jan/2011.

JUNDURIAN, Maria Amélia Corá. *In*: **Desenvolvimento local e turismo: o caso de Cumuruxatiba**. Universidade Pontifícia Católica de São Paulo – PUC, 2006. Disponível em: <http://www.dadosfatos.turismo.gov.br/dadosfatos/espaco_academico/dissertacoes>

_teses/detalhe/Desenvolvimento_Local_Sustentavel_Turismo.html> .Acesso em: 25/ago/2011.

MALAFAIA, Guilherme, RODRIGUES. Aline Sueli de Lima, BARBARA, Vinícius Fagundes. *In: Análise das percepções ambientais e dos conhecimentos de alguns conceitos referentes às nascentes de rios revelados por jovens e adultos de uma escola no município de Ouro Preto, MG.* Disponível em:< <http://www.ufrgs.br/seerbio/ojs/index.php/rbb/article/view/1501>>. Acesso em: 15/out/2011.

MARIANO, Belarmino Neto; MARIANO, Érika Gomes Costa da. *In: Territórios em retalhos e sobreposição de áreas no tecido rural e urbano de Rio Tinto-PB.* XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Mariano_EGC.pdf>. Acesso em: 08/jan/2012.

Mac CANNELL, Dean. *The Locke case.* In: Mac CANNEL, Dean. *Empty meeting grounds.* London: Routledge, 1992d. p. 172-180. Disponível em: < <http://socialsciences.scielo.org/scieloOrg/php/reference.php?pid=S010471832006000100001&caller=socialsciences.scielo.org&lang=en>>. Acesso em: 03/jan/2012.

NUNES, Lúcia Helena Ciccarini. *In: Políticas Públicas de desenvolvimento do Turismo: viabilização por meio do ICMS Ecológico.* Disponível em:< http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT15/ciccarini_nunes.pdf>. Acesso em: 10/set/2011.

PAWAR, Manohar. *In: Resurrection of traditional communities in postmodern societie.* London, UK: Pergamon, Elsevier Science Ltd., 2003. Disponível em:<[http://dx.doi.org/10.1016/S0016-3287\(02\)00058-7](http://dx.doi.org/10.1016/S0016-3287(02)00058-7)>. Acesso em: 12/set/2010.

SAHLINS, Marshal. *In: O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um “objeto” em vias de extinção (PARTE II).* Mana, vol.3, n.1 Rio de Janeiro, Apr. 1997. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93131997000100002>>. Acesso em 02/dez/2011.

SILVA, Daisy Rafaela. *In: Os impactos ambientais e culturais do ecoturismo e o direito ao equilíbrio ambiental, (2008).* Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2481>. Acesso em: 12/JAN/2011.

SILVA, Neusa. *In: Teoría de la cultura de Darcy Ribeiro y La Filosofía Intercultural,* (2009). Disponível em: < <http://uca.edu.sv/filosofia/admin/files/1256919051.pdf>>. Acesso em 28/ NOV/ 2011.

The International Ecotourism Society. Disponível em http://www.ecotourism.org/site/c.orLQKXPCLmF/b.4835303/k.BEB9/What_is_Ecotourism__The_International_Ecotourism_Society.htm. Acesso em: 25/jul/2.

VIEIRA, José Glebson. *In: O “eu” e “outro”: O turismo étnico no grupo indígena potyguara da Paraíba – Nordeste brasileiro.* Disponível em:<http://www.naya.org.ar/turismo/congreso2003/ponencias/Jose_Glebson_Vieira.htm>. Acesso em: 25/out/2011.

WEISSBACH, Paulo Ricardo Machado. *In: Subsídios para a formulação de políticas públicas para o turismo no espaço rural na rota das terras – RS, (2010).* Disponível

em:<<http://www.eumed.net/tesis/2010/prmw/Planejamento%20e%20objetivos%20do%20turismo.htm>>. Acesso em: 02/out/2011.

XAVIER, Clarissa Valadares. *In: Educação Ambiental: uma alternativa para amenizar os impactos ambientais do ecoturismo (2011)*. Disponível em: <http://ebookbrowse.com/educa%C3%A7%C3%A3o-ambiental-uma-alternativa-para-amenizar-os-impactos-ambientais-do-ecoturismo-pdf-d72722659>. Acesso em: 21/out/2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Comemoração do dia do índio, na Aldeia Três Rios localizada no município de marcação, PB, em reunião com pessoas de outras aldeias.



Fonte: Douglas Macêdo, 2011.

APÊNDICE B: *Marketing* turístico institucional (litoral Norte do estado da Paraíba)

Baía da Traição

O destaque são as praias: da Baía, do Forte, Prainha, Coqueirinho, Tambá e Cardosas, algumas delas de aspecto primitivo. Outro programa indispensável é conhecer a maior nação Potiguara da América do Sul. Nela, pontificam o artesanato desenvolvido pelos índios e a dança do Toré, praticada em ocasiões festivas. As aldeias mais procuradas pelos turistas são as de São Francisco, Galego, São Miguel e Tracoeira. O passeio pelas ruínas da igreja e do Forte de São Miguel, construídos no século XV, é obrigatório.



Marcação

Mais ecologicamente correto, impossível: visitar a Aldeia Camurupim e o Centro de Treinamento Indígena são opções às quais o turista associa em Marcação um passeio de canoa pelo estuário do Rio Mamanguape, na Aldeia Tramataia. Neste percurso, observam-se os manguezais, a pesca artesanal da tainha e os catadores de mariscos e ostras dentro do próprio ecossistema.



Mataraca

As maiores atrações turísticas são a praia de Barra de Camaratuba, as trilhas ecológicas e as cavalgadas oferecidas pelos hotéis-fazendas da região.

Em Baía da Traição a maior nação Potiguara da América do Sul se expressa através do artesanato e pela dança do Toré.

Fonte: Material institucional de divulgação dos pontos turísticos da Paraíba. Governo do Estado da Paraíba – Secretaria de Estado do Turismo e Desenvolvimento Econômico, 2010.

ANEXOS

ANEXO A: Questionário aplicado com os moradores da aldeia de Tramataia.

Projeto de Dissertação: DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO E DO ETNOTURISMO NA ALDEIA POTIGUARA DE TRAMATAIA, ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BARRA DP RIO MAMANGUAPE, PB.

ALUNA: Izolda Kelly Pereira Barbosa Orientadora: Professora: Dra. Cristina Crispim

Nome: _____

Apelido: _____

DATA: ____/____/____

LOCAL DE COLETA: ALDEIA POTIGUARA DE TRAMATAIA

1) Idade: _____

2) Sexo: () Masculino () Feminino

3) Estado civil: () Solteiro () Casado () Viúvo
() Divorciado () outros

4) Naturalidade: _____

5) Grau de instrução: Ensino Fundamental () () Ensino Médio
() Ensino Superior () Pós-graduação () Não estudou

6) Profissão: _____

7) O que você entende por ecoturismo e etnoturismo?

8) Para o Sr(a) quem é o turista?

9) O que você entende por sustentabilidade?

10) Como o Sr. (a) descreve o processo de interação entre os índios, ou a comunidade local (não índios) e os turistas?

11) O Sr. (a) sabe o que é uma Área de Proteção Ambiental? () Sim () Não

11.1) Em caso de resposta afirmativa. Quais são as contribuições que o projeto traz para esta região?

12) O Sr. (a) conhece o Projeto do Peixe-boi? () Sim () Não

12.1) Em caso de resposta afirmativa, quais são as contribuições que o projeto traz para esta região?

13) O turismo está influenciando de forma positiva ou negativa o desenvolvimento da comunidade local?

14) O que precisa melhorar na comunidade onde a Sr. (a) reside?

15) Com a chegada do turismo na APA da Barra de Mamanguape o Sr. (a) chegou a mudar a sua função de trabalho? Se sim, de qual para qual?

16) Se o Sr. (a) é proprietário de algum bar, poderia explicar qual a contribuição que a atividade turística oferece para o desenvolvimento desses empreendimentos.

17) Os produtos que são comercializados nesses empreendimentos são comprados dentro da APA?

ANEXO B: Questionário aplicado com o membro que participa das atividades da base do Projeto peixe-boi.

PROJETO DE DISSERTAÇÃO: DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO E DO ETNOTURISMO NA ALDEIA POTIGUARA DE TRAMATAIA, ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BARRA DO RIO MAMANGUAPE, PB

ALUNA: Izolda Kelly Pereira Barbosa Orientadora: Professora Dra. Cristina Crispim

DATA: ____/____/____

LOCAL DE COLETA DA DADOS: BASE DO PROJETO PROJETO PEIXE-BOI, APA DA BARRA DO RIO MAMANGUAPE.

NOME: _____

CARGO: _____

Naturalidade _____

Idade (opcional) _____

Grau de instrução: Ensino fundamental () Médio () Superior () Pós-Graduação ()

Não estudou ()

1 – QUAL A SUA LIGAÇÃO PROFISSIONAL COM O PROJETO PEIXE-BOI? (QUAL A SUA FUNÇÃO?)

2 – EM SUA OPINIÃO COMO SE DÁ O RELACIONAMENTO DA COMUNIDADE LOCAL COM O PROJETO?

ÓTIMO () BOM () RAZOÁVEL () RUIM ()

3 – O PROJETO PEIXE-BOI TRABALHA COM OUTROS PROJETOS QUE ENVOLVAM A COMUNIDADE LOCAL? SE SIM, QUAIS SERIAM ESSES PROJETOS?

4 - HÁ UMA ESTIMATIVA DE QUANTAS PESSOAS VISITAM A APA NO PERÍODO DE UM ANO OU SEIS MESES?

5 - AS INSTALAÇÕES EXISTENTES NO LOCAL CONTRIBUEM PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL DOS VISITANTES E DA COMUNIDADE LOCAL?

4 –EXISTE ALGUM ESTUDO PARA SABER O PERFIL DOS VISITANTES? SE SIM, (QUAIS AS CARACTERÍSTICAS DO PÚBLICO?)

ESTUDANTES ()

TURISTAS BRASILEIROS ()

TURISTAS ESTRANGEIROS ()

5 – AS PESSOAS DA COMUNIDADE LOCAL TAMBÉM TRABALHAM NO PROJETO? SE SIM, QUANTAS PESSOAS DA COMUNIDADE LOCAL TRABALHAM DIRETAMENTE COM O PROJETO PEIXE-BOI?

6 - VOCÊ ACHA QUE O TURISMO PODE CONTRIBUIR COM O DESENVOLVIMENTO LOCAL E COM A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE NATURAL, POR QUÊ?

7 – VOCÊ ACREDITA QUE MESMO SEM A EXISTÊNCIA DO PROJETO, EXISTIRIA ALGUM DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO LOCAL, OU VOCÊ ACHA QUE O TURISMO PASSOU A EXISTIR NA LOCALIDADE DEPOIS DA CRIAÇÃO DO PROJETO?

8 - EM SUA OPINIÃO, A COMUNIDADE LOCAL ESTÁ SENDO INSERIDA NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO LOCAL, DE FORMA QUE NÃO SÓ OS ASPECTOS ECONÔMICOS, MAS TAMBÉM OS ASPECTOS CUTURAIIS ESTÃO SENDO VALORIZADOS NA LOCALIDADE?

9 – COMO É O PROCESSO DE VISITAÇÃO DA BASE DO PROJETO PEIXE-BOI?

- QUAIS ATIVIDADES SÃO REALIZADAS COM OS TURISTAS?

- SÃO PASSADAS INFORMAÇÕES PARA OS TURISRAS SOBRE O PROJETO, SOBRE O PEIXE-BOI, SOBRE A BIODIVERSIDADE DO LOCAL (ANIMAIS E PLANTAS) E SOBRE A POPULAÇÃO RESIDENTE (A CULTURA), POR EXEMPLO? ()

10 – MESMO SEM ESTAR NA ESTAÇÃO CONSIDERADA DE ACORDO COM CARACTERÍSTICAS TURÍSTICAS COMO ALTA ESTAÇÃO (VERÃO) NESSA REGIÃO, DURANTE OS OUTROS PERÍODOS DO ANO CONTINUA HAVENDO VISITAÇÕES?

SE HOUVER OUTRAS CONSIDERAÇÕES QUE O ENTREVISTADO ACHE IMPORTANTE FAZER, POR FAVOR, ESCREVER ABAIXO!

ANEXO C: Foz da Barra do Rio Mamanguape



fonte: <<http://www.ibama.gov.br>>. Acesso: 18/abr/2010.